

Aprovada na 1067^a sessão

ALADI/CR/Ata 1063
11 de novembro de 2009
Horário: 09h55m às 12h

ATA DA 1063^a SESSÃO ORDINÁRIA DO COMITÊ DE REPRESENTANTES

Ordem do dia

1. Aprovação da Ordem do dia.
 2. Assuntos em pauta.
 3. Consideração das atas correspondentes às 1055^a, 1056^a e 1061^a sessões.
 4. Relatório da Presidenta da Comissão de Orçamento por Programas. Quitar dívida do Fundo de Previsão.
 5. Relatório dos Coordenadores dos Grupos de Trabalho:
 - Dimensão Social no Processo de Integração (Reuniões terças-feitas 3 e 10/11/2009).
 - Sistemas de Informação e Estatística (Reunião terça-feira 10/11/2009).
 - Normas e Disciplinas.
 6. Assuntos diversos.
 - A Representação do Chile solicita tratar o tema sobre Procedimentos de Notificação dos Acordos, de alguns países-membros da ALADI, que estão sendo tratados na OMC.
-

Presidem:

REGIS PERCY ARSLANIAN
SALVADOR RIC RIERA

Assistem: Guillermo Daniel Raimondi, Federico Villegas, Roxana Cecilia Sánchez, Beatriz Vivas de Lezica e Mariana Edith Plaza (Argentina); Salvador Ric e Jenny Encinas (Bolívia); Regis Percy Arslanian, José Humberto de Brito Cruz, Otávio Brandelli, André Saboia Martins e George de Oliveria Marques (Brasil); Andrés Rebolledo Smitmans, Constanza Alegría Pacull e Hernán Enrique Núñez Montenegro (Chile); Carmen Zilia Monzón e Mirna Martínez Ajuria (Cuba); Edmundo Vera Manzo, Vladimir Jarrín e Andrés Terán Parral (Equador); Cassio Vitale Manuel Luiselli Fernández, Dora Rodríguez Romero e Ricardo Lozada Caballero (México); Emilio Lorenzo Giménez Franco e Raúl Cano (Paraguai); Jorge Antonio Rosado La Torre e Ricardo B. Romero Magni (Peru); Gonzalo Rodríguez Gigena e Raquel María Rodríguez Sanguinetti (Uruguai); Franklin Ramón González, Luisa López Moreno e Cecilio Crespo (Venezuela).

Secretário-Geral: José F. Fernández Estigarribia.

Subsecretários: Ricardo Hartstein e Oscar Quina Truffa.

PRESIDENTE. Bom dia. Iniciamos a sessão.

1. Aprovação da Ordem do dia

Temos um projeto de ordem do dia que me parece simples. Submeto à consideração do Comitê. Se todos estiverem de acordo, podemos aprovar a ordem do dia? Damos por aprovada a ordem do dia.

2. Assuntos em pauta

Passamos a Assuntos em Pauta. Ofereço a palavra ao Secretário-Geral. Por favor, Secretário-Geral.

SECRETÁRIO-GERAL. Obrigado, senhor Presidente. Entre os Assuntos em Pauta, destaco a nota da Representação Permanente do Paraguai, mediante a qual comunica a designação do Ministro Raúl Cano como Representante Alternativo, a partir de 3 de novembro passado.

Nota da Embaixada da República Dominicana, comunicando a designação do Embaixador Daniel Guerrero Taveras como Representante de seu Governo junto à ALADI. Oportunamente coordenaremos a apresentação do Embaixador.

Nota da Embaixada da Suíça, que comunica a cessação de funções do senhor Embaixador Michell Coquoz a partir de 31 de outubro.

Será distribuída, em Sala, neste momento, cópia da sentença do Tribunal Administrativo da ALADI, de 3 de outubro, sentença definitiva TA/SD/X09, no âmbito da apresentação de recursos de 43 funcionários da Secretaria-Geral. A esse respeito, as partes foram notificadas da sentença nos termos previstos no Artigo 14 da Resolução 275. A Secretaria-Geral foi notificada em 4 de novembro de 2009.

Isso é tudo, senhor Presidente. Obrigado.

“Designações e cessações

1. Representação Permanente do Paraguai junto à ALADI e ao MERCOSUL. Nota 89, de 04/11/2009.

Comunica que foi designado o Ministro Raúl Cano como Representante Alterno, assumindo suas funções em 3 de novembro corrente.

2. República Dominicana. Nota N° 9509, de 07/10/2009.

Comunica designação do Embaixador Daniel Guerrero Taveras como Representante de seu Governo junto à ALADI.

3. Embaixada da Suíça. Nota de 29/10/2009.

Comunica a cessação de funções do senhor Embaixador Michel Coquoz a partir de 31/10/2009, ficando à frente da Missão até a chegada de seu sucessor, o senhor Eros Robbiani.

Vigência de Acordos

1. Delegação Permanente do Brasil junto à ALADI e ao MERCOSUL. Nota N° 214, de 05/11/2009.

Comunica que foi promulgado o Quinquagésimo Quarto Protocolo Adicional no Diário Oficial da União N° 208, de 30/10/2009.

Publicado como documento ALADI/CR/di 3077.

2. Representação Permanente do Peru junto à ALADI e ao MERCOSUL. Nota 7-5-Z/64, de 29/10/2009.

Envia cópia do Decreto mediante o qual se dispõe a vigência do Décimo Protocolo Adicional ao Acordo de Complementação Econômica N° 8.

Publicado como documento ALADI/CR/di 3075.

3. Representação Permanente do Uruguai junto à ALADI e ao MERCOSUL. Nota N° 684, de 26/10/2009.

Comunica que, por Decreto do Poder Executivo -enviado em arquivo- foi incorporado ao ordenamento jurídico o Quinquagésimo Segundo Protocolo Adicional ao Acordo de Complementação Econômica N° 35.

Publicado como documento ALADI/CR/di 3072.

Convites recebidos

1. México. Instituto Nacional de Estatística e Geografia (INEGI). Nota de 27/10/2009. Convida para participar de dois seminários internacionais: "A medição do progresso e o bem-estar social" e "Mudança climática e estatística oficial", que serão realizados nos dias 4 e 5 de novembro e 25 e 28 de novembro de 2009, respectivamente, no México D.F.
2. México. Convênio Multilateral sobre Cooperação e Assistência Mútua entre as Direções Nacionais de Aduanas da América Latina, Espanha e Portugal. Nota SC 125, de 15/10/2009. Convida o Secretário-Geral para participar da XXX Reunião de Diretores Nacionais de Aduanas da América Latina, Espanha e Portugal, a ser realizada em Guayaquil, de 9 a 13 de novembro de 2009.
3. Equador. Corporação de Promoção de Exportações e Investimentos (CORPEI). Nota de 29/10/2009. Convida para participar da Terceira Oficina Iberoamericana de Boas Práticas em Informação e Inteligência Comercial e de Mercados, que será realizada em Quito, de 14 a 16 de dezembro 2009.
4. Itália. Rede Itália América Latina (RIAL). Nota de 16/10/2009. Convida o Secretário-Geral para participar da IV Conferência Nacional Itália-América Latina e Caribe, a ser realizada em Milão, nos dias 2 e 3 de dezembro de 2009.

Documentos publicados

1. Compras do setor público: Legislações Nacionais e perspectiva atual nos países-membros da ALADI (ALADI/SEC/di 2257).
2. Relatório sobre a evolução dos Acordos Regionais e de Alcance Parcial - Primeiro semestre de 2009 (ALADI/SEC/di 2280/Corr. 1).

Tribunal Administrativo

Sentença do Tribunal Administrativo da ALADI TA/SD/X/2009, de 03/11/2009."

PRESIDENTE. Muito obrigado, senhor Secretário-Geral. Passamos, então, ao terceiro ponto.

3. Consideração das atas correspondentes às 1055^a, 1056^a, 1059^a e 1061^a sessões

... Submetem-se à consideração. Não havendo observações, podemos dar por aprovadas. Passamos ao ponto 4.

4. Relatório da Presidenta da Comissão de Orçamento por Programas. Quitar a dívida do Fundo de Previsão

... É o Representante da Argentina que apresentará o Relatório da Presidência da Comissão de Orçamento por Programas. A Argentina, por favor.

Representação da ARGENTINA (Guillermo Daniel Raimondi). Muito obrigado, Presidente. Bom dia a todos. A Embaixadora Claudia Turbay me pediu que apresentasse o relatório em seu lugar. Pediu, também, que apresentasse suas desculpas ao Comitê por não poder estar presente no dia de hoje, por compromissos relacionados com os preparativos de sua partida ao seu novo destino.

Os senhores têm em suas Pastas o documento ALADI/CR/di 3076, que é um Relatório das reuniões realizadas nos dias 3 e 5 de novembro. Devemos acrescentar que houve uma reunião da Comissão de Orçamento ontem, dia 10 de novembro, onde alguns pontos mencionados neste relatório foram ajustados, então será distribuída uma nova versão revisada 1 deste documento.

A Comissão, no âmbito geral da elaboração do orçamento para o ano 2010, abordou questões relativas à política de endividamento da Secretaria com instituições bancárias e com o Fundo de Previsão dos Funcionários e também questões relativas aos critérios para os casos em que os países ficam endividados no que diz respeito a suas contribuições anuais.

Chegou-se a consenso que, até o momento, no orçamento de 2010, nas disposições gerais que acompanham este orçamento, será contemplada a possibilidade que a Secretaria contraia dívidas com instituições bancárias exclusivamente, sem mencionar, como foi feito em ocasiões anteriores, o Fundo de Previsão dos funcionários, porque várias Representações entenderam que, por uma questão de princípios, não era adequado nem conveniente que a Associação contraísse dívidas com seus próprios empregados e que isso refletiria um consenso, uma decisão adotada pelo Comitê no mês de fevereiro deste ano.

Então, na versão que será apresentada a este Comitê do orçamento para 2010, não irá constar como alternativa de recursos financeiros ante uma eventual necessidade a possibilidade de tomar créditos do Fundo de Previsão, somente será possível recorrer a Instituições Bancárias.

Relacionado com este tema, também no seio da Comissão, discutiu-se sobre a conveniência de saldar a dívida que temos com este Fundo, que chega a 230 mil dólares. Essa dívida não tem um plano de pagamento fixo estabelecido, vai sendo paga na medida em que são feitas as contribuições dos países em dívida, e se cumpre sistematicamente para evitar entrar em mora com esse Fundo.

Houve, aí, uma opinião majoritária das Representações de fazer este pagamento em uma única vez antes do fim do ano, no entanto, não se chegou a consenso. Seria conveniente que o Comitê considerasse esse ponto e resolvesse a melhor forma de encarar esta questão, tendo presente que há consenso de todos para saldar a dívida, ou seja, para terminar este compromisso com o Fundo de Previsão dos funcionários, somente está em questão a modalidade, se é feito o pagamento de uma só vez ou em várias quotas, o que implica acrescentar uma quantia por juros que também não é significativa.

A Secretaria, no que se refere à questão do endividamento e da mora, preparou um documento no qual propõe pautas no caso em que os países não cumpram com o pagamento em tempo de suas quotas. Este tema ainda não pôde ser abordado pela Comissão, mas será abordado nas próximas reuniões.

Como mencionou a Embaixadora Turbay em outras ocasiões, a Comissão está se reunindo duas vezes por semana com a intenção de poder apresentar, o quanto antes, o orçamento. Temos que abordar o trabalho dos programas, as propostas preparadas pelos diferentes Grupos refletidas no plano de atividades para 2010 com sua correspondente designação orçamentária, e aí algumas Representações apresentaram a necessidade de enfatizar a questão dos objetivos decorrentes das atividades a serem realizadas em cada área temática, então, com certeza, será necessária muita dedicação

das Representações na Comissão para poder ter a minuta de orçamento o antes possível, para ser apresentada a este Comitê. Isso é tudo até o momento, Presidente. Muito obrigado.

PRESIDENTE. Muito obrigado. Uma pergunta: a Comissão se reunirá de novo para continuar deliberando a respeito da questão de saldar a dívida de uma vez ou não? Somente uma pergunta.

Representação da ARGENTINA (Guillermo Daniel Raimondi). Presidente, essa questão foi dada por finalizada na Comissão. Como mencionei antes, houve uma maioria, sete Representações, se não me equivoco, estiveram a favor de saldar a dívida em um pagamento, mas outras tinham uma opinião diferente. Então foi considerado conveniente tratar esse tema no próprio Comitê, inclusive penso que seria útil conhecer a opinião do Secretário-Geral sobre este assunto.

A Comissão se reunirá amanhã e, a princípio, todas as terças e quintas-feiras, para trabalhar com a minuta do orçamento, mas esta questão não será mais tratada naquele âmbito.

PRESIDENTE. Obrigado, Argentina. A Venezuela, por favor.

Representação da VENEZUELA (Franklin González). Obrigado, Presidente. Gostaria de agradecer a apresentação deste relatório da Comissão de Orçamento, mas se a Presidência me permitir, gostaria de fazer uma pergunta ao Ministro Raimondi, porque não ficou claro para mim algo que tem relação com o pagamento da dívida com o Fundo de Previsão dos Funcionários da ALADI. Nessa reunião de Orçamento, os doze países estavam presentes?

Representação da ARGENTINA (Guillermo Daniel Raimondi). Na reunião de ontem do Orçamento, estavam presentes dez países, Embaixador.

Representação da VENEZUELA (Franklin González) E desses dez países, quantos estiveram de acordo em pagar a dívida já?

Representação da ARGENTINA (Guillermo Daniel Raimondi). Sete se manifestaram a favor de pagá-la à vista. A questão é que isso não se apresentou como uma votação, pois privilegiamos a busca do consenso.

Representação da VENEZUELA (Franklin González). Bem, sempre estamos buscando o consenso, é o espírito de funcionamento, o espírito que sempre está presente nas votações.

No entanto, gostaria de comentar o seguinte: penso que há uma maioria dos países que tem uma opinião favorável em resolver esta situação rapidamente, penso que nós temos que tomar uma decisão aqui no Comitê para definir isso, o tema não pode continuar alongando-se. Nesse sentido, proporia que discutíssemos isso e tomássemos uma decisão o mais rapidamente possível.

Há outra inquietude que gostaria de apresentar, relacionada com o tema dos juros da dívida. Aproveitaria para perguntar ao Ministro se discutiram isso, porque há alguns comentários da Representação da República Bolivariana da Venezuela sobre esse tema, que tem relação com a dívida com o Fundo e os juros que seriam pagos pela

Associação quando se trata de empréstimos de outras Instituições financeiras da praça, da sede do Uruguai ou que estão aqui no Uruguai.

Então, isso está, obviamente, vinculado com a proposta de uma nova redação do Artigo 11. Gostaria de receber comentários do Ministro Raimondi. Obrigado.

PRESIDENTE. Obrigado, Venezuela. Pediria ao Representante da Argentina que tomasse nota das perguntas. Poderíamos ceder a palavra a todas as Representações interessadas em manifestar-se e aí, depois, no final, o Ministro poderia responder inclusive a primeira pergunta da Venezuela, sobre a questão dos juros das Instituições financeiras. Passo a palavra ao Equador, por favor.

Representação do EQUADOR (Edmundo Vera Manzo). Preferiria, Presidente, que o Ministro Raimondi respondesse para cada pessoa, porque isso evitaria outras perguntas. Não sei se o senhor está de acordo.

PRESIDENTE. Estou sempre de acordo.

Representação do EQUADOR (Edmundo Vera Manzo). ... E depois quero tomar a palavra.

PRESIDENTE. Argentina, então, sobre a questão da Venezuela.

Representação da ARGENTINA (Guillermo Daniel Raimondi). Muito obrigado, Presidente. Bem, as normas vigentes até o momento indicavam que, se tomássemos créditos com a Associação de Funcionários, em nenhum caso a taxa de juros deveria ser maior do que a vigente nesse momento em Instituições Bancárias da praça de Montevideú.

A dívida que temos hoje, como disse, de 230 mil dólares, está com juros de 7,5%, não lembro a cifra exata, são 224 mil dólares mais ou menos com a taxa de juros de 7,5%. Há Instituições Bancárias, por exemplo, o Banco da Nação, que estão pagando 7% de juros, agora a questão sobre o cumprimento ou não do compromisso de não tomar um crédito com a Associação a uma taxa superior à do mercado é necessário ser avaliada em cada momento, no momento em que contraiu a dívida qual era a taxa vigente no mercado, por isso fazer a comparação entre o que se paga hoje à Associação e ao Banco da Nação poderia levar a uma conclusão equivocada.

No que se refere à outra parte de sua pergunta, sobre a questão dos devedores, o que a Secretaria faz é imputar estes cargos, estes juros financeiros, aos países que estão em mora com o pagamento de suas obrigações, de suas quotas anuais.

Penso que, com isso, está respondida sua pergunta, Embaixador. Também quero acrescentar que a questão do pagamento se apresenta nesta ocasião pela tranquilidade financeira da Associação. Temos uma grande quantidade de países que está em dia com suas contribuições, uma quantia significativa de dinheiro no Fundo de Capital de Giro, e isso permitiria enfrentar este pagamento. Então, por um lado, há uma questão de princípios de se é ou não adequado que a Associação esteja endividada com seus Funcionários e, por outro lado, há considerações financeiras sobre a conveniência de saldar, de forma antecipada, a dívida ou não. Daqui ao final do ano, se continuássemos pagando de forma mensal, seriam acumulados cerca de 2 mil e poucos dólares de juros.

A Associação submeteu à consideração as seguintes alternativas: um pagamento à vista e um pagamento em até 6 quotas, como prazo mais longo. Em vez de pagar 224 à vista, pode-se pagar em quotas de 30 e poucos mil dólares, e a diferença com os juros são de 4.100 dólares. Obrigado.

PRESIDENTE. Muito obrigado. O Equador, por favor.

Representação do EQUADOR (Edmundo Vera Manzo). Sim, tenho uma pergunta, mas primeiro farei uma afirmação.

Por princípio e por assunto elementar de economia familiar, institucional e nacional, não se deve pagar juros quando se tem dinheiro, isso não tem sentido. Está bem dever quando não se tem ou quando se é uma empresa financeira que empresta a juros, digamos, maiores e ainda não está pagando juros menores, aí convém, mas a ALADI não é uma empresa para que isso seja feito.

Apenas a ALADI tivesse dinheiro, deveria haver resolvido isso, e, dentro do possível, a ALADI tem que reduzir ou pagar as dívidas que tem, se as tem, com o banco. Reduzir, por que pagar juros se temos dinheiro? Isso é elementar na economia familiar, em qualquer economia. Economia é poupar, economia não é financiar, então, nesse plano e mais ainda na crise do dólar mundial - cada dia o dólar perde sua capacidade- é absurdo ter dólares guardados e dever dólares, é um absurdo.

A ALADI tem que sair da maior quantidade de dívidas que tem. Vi hoje uma notícia, espero que não seja tão verdadeira, mas terrível, que há uma depreciação do dólar em nível mundial de mais ou menos 15%, então, de que serve vê-lo, se mil dólares realmente valem 15% menos mundialmente, a última coisa que se deve fazer é ver seu dinheiro diminuir e ter dívidas. Consequentemente, penso que a ALADI deve pagar imediatamente esta dívida, sobretudo a do Fundo de Previsão, e, dentro do possível, reduzir e pagar as outras dívidas, porque penso que é um absurdo pagar juros para alguém se temos dinheiro. Isso é favorecer os outros e não a própria Instituição e os países. Não tem sentido para mim isso.

Por curiosidade, essa é a pergunta: quero saber quais países não foram à reunião e também os países que não estão de acordo em que se pague a dívida de forma imediata. A nossa posição, neste caso é que se pague de forma imediata. Por que pagar em 6 quotas ou em 3 quotas ou em 2 quotas, por quê? E é uma pena que percamos tempo nestas coisas. Isso tem que ser resolvido rapidamente, não passar a outra sessão, nem Comissão, nem que se siga deliberando nos Grupos de Trabalho, perdendo dinheiro nesses Grupos, discutindo sobre quantos camelos passam pelo furo de uma agulha. Então, essa é nossa posição. Penso que neste tema não é preciso entrar em acordo, mas, sim, agir com base nos interesses do país e da Instituição. Obrigado.

PRESIDENTE. Obrigado, Equador. A Argentina gostaria de responder a pergunta.

Representação da ARGENTINA (Guillermo Daniel Raimondi). Sim, Presidente, muito obrigado.

O raciocínio do Embaixador sobre economia familiar ou empresarial, em nível macroeconômico é muito correto. Aqui, o que ocorre é que estamos administrando fundos que são dados por um conjunto de países, e essas contribuições não são feitas, necessariamente, em tempo e forma por razões que são perfeitamente compreensíveis

e não é necessário justificá-las, mas obedecem à conjuntura que atravessam nossos países. A prática, nesses casos, de vários anos atrás foi de cobrir as necessidades financeiras tomando créditos tanto dos bancos como do Fundo de Previsão dos Funcionários.

Esses créditos geram juros, que são imputados aos países que estão em dívida. Um dos aspectos que devemos ter presentes é que se decidimos pagar de forma antecipada os créditos, ou seja, saldar estas dívidas entre todos, vamos pagar os juros dos que estão em dívida, é uma decisão que deve ser tomada no caso do Fundo de Previsão dos Funcionários, uma quantia muito pouco significativa, como disse, são 4 mil dólares, não muda a vida da Associação, mas é uma questão de conceito que deve ser levada em consideração e que motivou que, na Comissão, fosse proposta a necessidade de analisar uma política mais clara do que existe hoje sobre a forma em que se deve trabalhar nos casos em que os países incorrem em mora, em vez de vincular a questão dos juros financeiros à mora, pode-se desvincular isso e falar de cargos por mora, como se costuma dizer, para aplicar àqueles que estão em mora independente dos juros dos créditos tomados no mercado local. Esclareço também que estes créditos são de longa data, há tempos que a Associação não está tomando créditos no mercado local, não precisou. Ou seja, estamos pagando dívidas que vêm de vários anos atrás.

O Embaixador também queria saber como foi a posição dos países na Comissão: a Representação do Paraguai e a Representação da Argentina se inclinavam por uma pagamento em quotas, argumentando que devia preservar-se a disponibilidade de recursos na Associação, que a situação de tranquilidade que temos hoje não, necessariamente, estará presente no ano próximo e que, tendo isso em vista, era conveniente resguardar os recursos como uma forma de previsão frente tempos que podem ser piores que os atuais. A Representação da Colômbia não esteve presente, a Representação do Chile se juntou à reunião mais tarde e as demais Representações se manifestaram em favor de fazer um pagamento, em uma quota, o Uruguai propôs que podia ser em 2 quotas também, essas foram as posições que se apresentaram na Comissão. Obrigado.

PRESIDENTE. Muito obrigado, Argentina. O Brasil, por favor.

Delegação do BRASIL (José Humberto de Brito Cruz). Obrigado. Não é uma pergunta, é um comentário e uma sugestão de procedimento. Primeiro, o comentário sobre a exposição do Ministro Raimondi, como Presidente da Comissão de Orçamento. Há dois pontos distintos e os dois importantes.

O primeiro é que anunciou, e penso que devemos receber isso com grande satisfação, que foi possível chegar a um consenso na Comissão em relação às normas idôneas para o próximo exercício e, bem, esperemos também para os exercícios seguintes no sentido de não mencionar mais o Fundo de Previsão como uma possível fonte de financiamento para a Associação. Isso me parece uma decisão importante, que é um passo significativo para a Associação, para evitar problemas, evitar percepções equivocadas. Penso que nos coloca em um caminho mais seguro, mais sustentável na administração financeira desta Associação. A Delegação do Brasil cumprimenta por esta decisão da Comissão de Orçamento, que marca uma boa novidade no tratamento deste tema na Associação.

O segundo ponto, conforme nos esclarece o Ministro Raimondi: não foi possível chegar a um consenso na Comissão, deu-se por terminada a discussão, por isso é um

tema que está sendo elevado pela Comissão ao Comitê. É uma questão de saber como se deve quitar a dívida. Imediatamente, em um só pagamento ou em 6 quotas, etc., toda esta discussão.

Em relação a este ponto, e aí gostaria de expressar a visão da Delegação do Brasil, como já havia sido formulada no âmbito da Comissão, nós compartilhamos totalmente o manifestado pelo Embaixador do Equador, no sentido de que não nos parece haver argumento para manter esta dívida, nem um dia a mais. Acreditamos que há todas as razões para que esta dívida seja quitada imediatamente ou no prazo mais curto possível, em um só pagamento.

As razões para isso são as expostas pelo Embaixador do Equador, ou seja, não tem sentido ter dinheiro no colchão e ao mesmo tempo pagar juros por um empréstimo, mas, além disso, penso que é necessário levar em consideração a decisão de que não se irá mais recorrer ao Fundo de Previsão para possíveis financiamentos em caso de necessidade.

Esta decisão, inclusive, facilita, porque com isso cai o possível argumento de que seria útil manter uma linha de contato financeiro com o Fundo de Previsão. Como já sabemos que, no futuro, não vamos recorrer a esta fonte, então não parece haver a necessidade de prolongar esta situação por mais tempo. Então, nossa Delegação não vê nenhuma razão para isso, e acredito que deveria ser uma questão de não muito difícil solução no âmbito deste Comitê. Nós pensaríamos, inclusive, que talvez fosse possível decidir hoje mesmo se há acordo, no sentido de dar orientação à Secretaria, que fique registrado em ata ou, se a Secretaria considera necessário, pode-se adotar um acordo ou inclusive uma resolução, mas me parece que seria suficiente constar em ata uma orientação à Secretaria no sentido de quitar a dívida em um pagamento no mais breve prazo possível. Essa seria a sugestão de minha Delegação: decidamos essa questão hoje, finalizemos esse ponto e sigamos a outros temas. Obrigado, senhor Presidente.

PRESIDENTE. Obrigado, Brasil. O Peru, por favor.

Representação do PERU (Jorge Rosado La Torre). Obrigado, senhor Presidente. Minha Representação se pronunciou a favor de quitar a dívida em um só pagamento, e penso que as razões foram explicitadas corretamente pelo Embaixador do Equador e pelo Brasil. No entanto, o Presidente interino da Comissão havia mencionado que haveria uma opinião distinta da Secretaria, desconheço qual é essa opinião, mas penso que tem a ver, concretamente, com os impactos de pagar em uma só quota. Penso, senhor Presidente, que seria interessante poder escutar, antes de adotar a decisão que considero que deve ser a proposta pelo Brasil, qual seja, de tomar a decisão agora e não prorrogar mais este tema, o Secretário-Geral quanto a esta situação para ter uma ideia global sobre o tema. Obrigado.

PRESIDENTE. Obrigado, Peru. Era minha intenção dar a palavra às Representações e, no final, pedir a opinião do Secretário-Geral, inclusive o Representante da Argentina sugeriu o mesmo. O Chile, por favor.

Representação do CHILE (Constanza Alegría Pacull). Obrigada, Presidente. Um esclarecimento do relatório apresentado pelo Ministro Raimondi. Tanto na reunião da semana passada como nesta reunião da Comissão de Orçamento, o Chile propôs: sobre o fato de que pagar a dívida da Associação, defendeu que tinha que ser paga em curto prazo, entendendo que podia haver critérios de gestão que significassem que poderia ser feito em 3 meses e, nesse sentido, estava aberto a alguma fórmula que fosse

proposta, mas tanto na semana passada como nesta semana foi dito também que o Chile se somaria ao consenso, já que, se a maioria das Representações queria pagar imediatamente e em uma só quota, o Chile também estaria disposto a isso. Quanto ao que o Brasil acaba de propor, queria somente comentar que o Chile acredita que seria uma boa ideia poder resolver este ponto nesta reunião do Comitê. Obrigada.

PRESIDENTE. Obrigado. O México, por favor.

Representação do MÉXICO (Cassio Manuel Luiselli Fernández). Nós estamos de acordo com a maioria das Representações. Se houver algo que não conhecemos da mecânica de trabalho, como o Chile acaba de dizer, podemos pagar em um mês ou dois, mas, se não for assim, não vemos nenhuma razão para que não possamos fazê-lo agora. Há uma situação financeira muito clara, muito tranquila, seria estupendo que, de uma vez, deixássemos de ter dívidas desse tipo. Então, somamo-nos a este consenso. Obrigado.

PRESIDENTE. Obrigado, México. Cuba, por favor.

Representação de CUBA (Carmen Zilia Pérez Mazón). Obrigada, Embaixador. Queria também somar-me ao consenso e dizer que seria saudável, como a maioria de meus colegas propôs, terminar de pagar esta dívida que data de 10 anos com o Fundo de Previsão, e, com isso, damos por encerrado o capítulo de uma prática que, penso, não foi a apropriada durante 10 anos, de que a Instituição contraia dívidas com seus empregados. Somo-me ao consenso dos Embaixadores dos países que manifestaram aqui que adotemos a decisão hoje de terminar esta dívida com o pagamento dos juros. Muito obrigada.

PRESIDENTE. Muito obrigada, Cuba. O Uruguai, por favor.

Representação do URUGUAI (Gonzalo Rodríguez Gigena). Obrigado, Presidente. Na verdade, o intercâmbio de ideias é um pouco demasiado, porque estamos discutindo por 4 mil dólares, se chegamos a pagar em 6 meses. Parece-me que é muito fácil ficar de acordo nesses termos, não acredito que haja maiores problemas, nós estaríamos de acordo em que se pagasse de uma só vez, mas se alguma Representação quiser que seja 2 vezes ou 3, não temos nenhum problema. Parece-nos que realmente a entidade do problema não merece uma discussão muito mais longa. Obrigado.

PRESIDENTE. Obrigado, Uruguai. A Argentina, por favor.

Representação da ARGENTINA (Guillermo Daniel Raimondi). Presidente, muito obrigado. Para esclarecer o mencionado pela Embaixadora de Cuba, que é muito importante. A Associação entrou em dívida com o Fundo de Previsão por mais de 20 anos e há 10 anos que não toma uma dívida. Em um momento, chegou a dever 1.600.000 dólares, ou seja, a dívida se reduziu substancialmente com o Fundo de Previsão: 1.600.000 aos 224.000 que temos hoje. A Associação vem cumprindo, honrando esse compromisso com uma política de redução. Obrigado.

PRESIDENTE. Obrigado. A Bolívia, por favor.

Representação da BOLÍVIA (Salvador Ric Riera). Obrigado, senhor Presidente. Somente para aderir, com base na saúde econômico-financeira da Instituição, a um só pagamento. Consideramos que foi um absurdo pagar essas taxas de juros quando hoje o mercado não pagou esses juros e, além disso, temos saldos favoráveis. Imagino que

são, 7.5 por 224 mil, 16 mil dólares mais ou menos anuais, não deixam de ser uma quantia significativa, tendo esse dinheiro no colchão, como disse o Ministro, então, inclusive como política, deveríamos transparentar permanentemente as situações econômicas e financeiras da Instituição. Quanto temos? Quais são os programas por ano? Em que vamos gastar o dinheiro? E o Comitê deveria ser parte de todas as atividades econômicas permanentes da Instituição. Obrigado.

PRESIDENTE. Muito obrigado, Bolívia. A Venezuela, por favor.

Representação da VENEZUELA (Franklin González). Obrigado, Presidente. Penso que podemos resolver isso hoje mesmo. Nós estamos de acordo com que se pague esta dívida de maneira imediata, o mais rápido possível.

Como foi dito aqui, desde 97 viemos arrastando uma dívida que, naquele momento, era de 1.610.251,55, e chegamos à quantia de exatamente 223.782,34. Mas, em 1997, tínhamos essa dívida de 1.610.000 e pagamos juros de 1.280.000 somente ao Fundo, porque se somamos os juros pagos, que é outra questão, eu gostaria de escutar a opinião da Secretaria – nós temos algo a dizer sobre esta política e penso que agora, com a decisão de deixar claramente estabelecida uma redação no Artigo 11, poderia ajudar a que não se cometesse o mesmo erro, embora, de todas as maneiras, no Artigo 11, como estava redatado até hoje, há uma prática que foi seguida que, de alguma maneira, não correspondia com o estabelecido nesse artigo, mas sobre isso opinaremos mais adiante, o que queria dizer é que, no total, em juros, segundo nossas contas de acordo com a informação da Secretaria da ALADI, é 4.438.029,42 dólares. Os senhores se lembram que saiu, na década de 60, a tese da dívida impagável na América Latina?

Bem, neste momento não tem nada a ver com aquilo, porque realmente os países não podiam pagar, mas penso que a Associação neste momento pode pagar, e de forma imediata. Obrigado.

PRESIDENTE. Obrigado, Venezuela. Passo a palavra ao Paraguai, depois à Argentina. O Paraguai, por favor, caso tenha alguma dúvida, e depois a Argentina aproveita e responde.

Representação do PARAGUAI (Emilio Lorenzo Giménez Franco). Na verdade, não tenho nenhuma dúvida, senhor Presidente.

PRESIDENTE. Ou alguma pergunta, uma curiosidade.

Representação do PARAGUAI (Emilio Lorenzo Giménez Franco). Não, é muito breve. Nós continuamos pensando que não é uma boa prática fazer um pagamento da magnitude que se está querendo fazer, de uma só vez, e ficamos com menos de 700 mil dólares em caixa, produto de uma época de bonança. Não sabemos o que irá acontecer de agora em diante nem se os países vão continuar pagando suas quotas. Se pagássemos todos nossas quotas em dia, então não teríamos porque recorrer ao Fundo de Previsão ou aos Bancos e não pagaríamos juros. De qualquer modo, nós não vamos fazer nenhuma oposição, ou seja, se há maioria por pagar de uma vez, pois que se pague, mas queremos deixar constância que, para nós, não é uma prática razoável, digamos, em nenhuma administração.

Também quero fazer constar que não é possível que fechemos as portas a fontes de financiamento, e uma fonte de financiamento é o Fundo de Previsão. Não me parece uma boa prática que nós mesmos fechemos as portas a uma fonte de financiamento, os

Bancos, por um lado, e o Fundo de Previsão, isto é, não seria também uma boa prática dizer “não voltarei a pedir empréstimo ao Fundo”, porque esse dinheiro está aí, não estamos pagando mais do que se paga em praça e, provavelmente, seja muito mais fácil conseguir um crédito no Fundo que ir a um banco, mas vamos respeitar a maioria, não iremos nos opor, somente gostaríamos de manifestar nossa posição. Obrigado.

PRESIDENTE. Obrigado, Paraguai. O Ministro Raimondi, por favor.

Representação da ARGENTINA (Guillermo Daniel Raimondi). Falando a partir da posição que me coube na Comissão de Orçamento, quero fazer um esclarecimento porque me parece que há um conceito que não está totalmente assimilado; escutei várias Representações dizerem “pagamos tanto em juros, a Associação perdeu este dinheiro, pagamos 4 milhões em juros”, e não é assim. Os juros são pagos pelos que devem, não se perde esse dinheiro, a Associação não perdeu esse dinheiro. Isso tem que ficar muito claro, os juros são pagos pelos países que devem. Quero dizer, também, que concordo totalmente com o manifestado pelo Embaixador do Paraguai. Nós temos a mesma percepção de que a situação financeira que estamos vivendo é conjuntural e que não necessariamente irá perpetuar-se no futuro. Também temos a sensação que não era necessário fechar as portas para fontes de financiamento, mas nos somamos ao consenso, e acreditamos que este assunto já tomou muito tempo no Comitê, então a Argentina fica de acordo com o que foi decidido pela maioria, mas quer fazer constar que concorda com tudo que foi manifestado pelo Embaixador do Paraguai.

PRESIDENTE. Muito obrigado, Argentina. Vamos escutar agora o Secretário-Geral que, afinal, é o gestor desses recursos. Todos têm sua opinião, penso que deveríamos, uma vez que escutemos o Secretário-Geral, tomar uma decisão aqui. Não acredito que seja uma decisão muito difícil. O Secretário-Geral, por favor.

SECRETÁRIO-GERAL. Obrigado, senhor Presidente. Em primeiro lugar, quero agradecer todas e cada uma das intervenções das Representações, que ilustraram o Secretário-Geral para manejar esta situação.

A Secretaria especifica novamente e reitera que a ALADI não pagou um só centavo de juros, penso que isso deve ficar absolutamente claro, os juros são pagos pelos países que devem. Se ficamos de acordo nisso, penso que é um grande avanço, não há nem um centavo pago pela ALADI, esse é o relatório que me foi apresentado e, se não, no dia seguinte da posse do cargo de Secretário-Geral, teria ordenado o pagamento dos bônus. Essa é a opinião da própria Comissão de Orçamento: não pagamos em nenhuma moeda, e estou falando de atos de meus antecessores, esta Secretaria não contraiu nada, nenhum empréstimo, ao contrário, continuou amortizando e reduzindo as cifras. O que fica devendo é uma quantia relativamente pequena, nisso estamos de acordo, e agradeço a intervenção da Representação do Peru, foi afirmado várias vezes e, apesar das explicações do Presidente da Comissão de Orçamento, voltou-se a reiterar, não se pagou um centavo, o que foi feito foi repassar os juros aos países que devem.

Hoje a ALADI tem uma situação conjuntural muito favorável, mas não foi assim em outras épocas. Segundo, embora seja correto afirmar que a gestão é atribuição da Secretaria, ela não tem atribuições próprias de contrair dívidas. Se lemos o artigo 11, entregue a mim por meu pessoal, observamos o seguinte:

A Secretaria-Geral, prévia autorização do Comitê de Representante, poderá tomar créditos de Instituições Bancárias.

Ou seja, em todos os casos em que são contraídas novas dívidas, necessita-se da autorização do Comitê. Minha opinião, por razões de prudência, a opinião majoritária do Comitê, é pagar a dívida, mas como não estamos absolutamente certos de que no ano que vem teremos o pagamento regular de todos e cada um dos países, e existindo países que ainda têm dívidas, poderíamos amortizar este pagamento em 3 quotas em um prazo de 6 meses, que nos dá margens razoáveis para que este Comitê, em qualquer circunstância adversa, possa voltar e reconsiderar sua posição, em 6 meses as diferenças são poucas, como mencionado ao Comitê pelo Presidente da Comissão de Orçamento, falar de um pagamento dentro de um ano de um total de 4 mil dólares, então nós preferiríamos, por razões de prudência, pagar tudo em 3 quotas em um prazo razoável de 6 meses, essa seria a posição. MUITÍSSIMO obrigado pela valiosa contribuição das Representações à Secretaria-Geral.

PRESIDENTE. Bem, temos uma proposta do Secretário-Geral. Dou a palavra à Venezuela, por favor.

Representação da VENEZUELA (Franklin González). Obrigado, Presidente. Eu não iria intervir, mas em vista da opinião do Secretário-Geral, vejo-me obrigado a dizer algumas coisas, que também serão transmitidas por nota verbal.

Em primeiro lugar, falo aqui responsabilmente, porque nós não fazemos distinções na ALADI entre países devedores e não devedores em relação às quotas. Para nós, todos os países são aqui iguais, os que, por problemas, não puderam pagar, por exemplo, a Venezuela ainda não pagou a quota deste ano, mas quando revisamos o histórico, não é precisamente a Venezuela um dos países que mais tiveram problema com este tipo de pagamentos, no entanto nós acreditamos que a ALADI é uma instituição que se conforma de 12 países, isso é o primeiro que queremos deixar estabelecido.

O segundo tem relação com isso, que foi proposto pelos juros da dívida desde 1997 até o presente, como disse, a despesa de 4.438.029,42 dólares e o argumento é que esse pagamento é feito pelos países devedores. Isso, para nós, está longe de acontecer na realidade, inclusive poderíamos fazer alusão aos recursos que estão no Fundo de Capital onde se contabilizam como parte da dívida dos países. Para nós, este argumento não é sustentável por 2 razões e, por isso, tomei a palavra, porque disse que iríamos passar por nota verbal, mas queria registrar aqui. A realidade é que o dinheiro para pagar esses juros sai das quotas pagas pelos Associados que estão em dia, mas o pior ainda é que isso tira capacidade de ação da Associação, porque deveríamos nos perguntar quantas reuniões poderiam ser realizadas com esse dinheiro ou quantos programas de ajuda, por exemplo, aos PMDERs, poderiam ser feitos durante esses 12 anos.

Também não acreditamos que existisse lógica em endividar-se para assim castigar os devedores, porque, entre outras razões, isso não é um incentivo para que paguem. Para nós, é como os suicidas que atentam contra sua vida para que os familiares tenham sentimento de culpa. Eu, por exemplo, quero dizer-lhes que se nós revisamos este quadro e o vemos com o Artigo 11, por exemplo, somente em 2004 vemos que a taxa de juros para o Fundo de Previsão pelo empréstimo é de 9% e em 2004 com as outras Instituições financeiras a média é de 7%, e resulta que o Artigo 11 diz:

A Associação nunca poderia estar assumindo compromissos com o Fundo de Previsão com taxa de juros superior à estabelecida por outras instituições financeiras.

No entanto, isso foi feito e é uma decisão do Comitê, mas isso foi feito, e aqui está o quadro apresentado pela Secretaria, então digo isso porque estas são práticas, e eu sei que o Secretário-Geral não tem nada a ver com isso porque o pior é quando se herda as coisas de outros. Penso, e digo isso não para que nos detenhamos a analisar somente o passado, penso que isso deve ser uma experiência para que, no futuro, nós não sigamos cometendo os erros, porque a Associação funciona com base na participação e no orçamento que os 12 países, até agora somos 12, entregam para a Associação, alguns com atraso e outros com menos atraso. Lembremos aquele ensinamento bíblico “o que estiver livre de culpa que jogue a primeira pedra”. Obrigado, Presidente.

PRESIDENTE. Obrigado, Venezuela. Antes de dar a palavra a Cuba, o Secretário-Geral gostaria de fazer um esclarecimento. Por favor. Obrigado, Secretário-Geral.

SECRETÁRIO-GERAL. Agradeço a intervenção do senhor Embaixador da Venezuela. O Embaixador sabe perfeitamente que eu me reuni ontem com 10 Embaixadores, 9 Embaixadores e um Encarregado de Negócios, para tratar também outros aspectos da questão. Nossa proposta se deve a que não tenho a absoluta certeza de que este ritmo florescente de pagamentos irá se manter. Nem teria me ocorrido fazer uma afirmação de que há países devedores e países não devedores, mas não tenho a absoluta certeza para o manejo da Instituição. O Embaixador da Venezuela me ilustrava ontem sobre a necessidade de assumir também outros compromissos eventuais que surgem da sentença informada oficialmente hoje ao corpo e extra-oficialmente ontem.

Então, atendendo a todas estas circunstâncias, somente nos permitíamos sugerir, obviamente faremos o que o Comitê disser, que temos que contemplar todos os aspectos, e um pagamento em 6 meses, em 3 quotas, quase não é cumprir estritamente, é uma medida de prudência, mas se o Comitê o quiser, obviamente o faremos imediatamente. Estas dívidas, e eu não julgo o que meus antecessores fizeram, surgiram da circunstância conjuntural difícil, se aqui não há um debate, mas simplesmente reúno também as acertadas opiniões que ontem mesmo eram sugeridas pelo Embaixador da Venezuela com relação a como devo conduzir a Instituição e que devo contemplar também outros aspectos que, em muito pouco tempo, também terão que ser tratados pelo Comitê, e eram os 2 argumentos, apesar de tudo não estou plenamente convencido, e não é um castigo, é uma circunstância, os países se atrasam, não fazemos nenhuma diferença jurídica entre eles, é a elementar prudência, a diferença de custo é muito pequena e nos dava uma maior tranquilidade no manejo da Instituição. Isso era tudo. Muito obrigado.

PRESIDENTE. Obrigado, Secretário-Geral. Agradeço. Cuba, por favor.

Representação de CUBA (Carmen Zilia Pérez Mazón). Muito obrigada. Para falar de duas questões, sobre as quais gostaria que ficasse clara a posição de Cuba.

Em primeiro lugar, o Ministro Raimondi disse que os juros não são pagos pela Instituição. Penso que é muito gráfico este conhecimento, mas, na prática, está se castigando com uma porcentagem de juros os países devedores, estamos castigando-os, de acordo com a tabela que o Embaixador da Venezuela lia, em 9% no ano de 2004, quando a taxa de juros bancários no país era de 7, ou seja, que realmente, embora não seja pago pela Instituição, estamos castigando os países devedores, mas, na prática, aqueles que estão pagando esses juros são os países que não são devedores, isso em primeira instância.

Segundo, volto a reiterar que é necessário quitar a dívida com o Fundo de Previsão, porque, por mais que estejamos em um momento de bonança financeira na Instituição, é possível que amanhã não a tenhamos, já houve um acordo na Comissão de Orçamento de que não vamos tomar mais empréstimos do Fundo de Previsão da Associação, então não vejo o interesse -depois que praticamente todos os países representados já se pronunciaram por quitar esta dívida em um só pagamento- de que nós paguemos em 3 quotas, porque já dissemos que não vamos assumir outro empréstimo pela Associação, então não vejo qual é o interesse em mantê-lo.

Se amanhã não gozamos de bonança, teremos que buscar empréstimo bancário, como aprovado pela Comissão de Orçamento. Muito obrigada, Presidente.

PRESIDENTE. Obrigado, Cuba. O Brasil, por favor.

Delegação do BRASIL (José Humberto de Brito Cruz). Obrigado, Presidente. Para uma sugestão. Sobre as considerações apresentadas pelo senhor Secretário-Geral, escutei-as com muita atenção: penso que está em seu papel preocupar-se pela boa administração financeira desta Associação e lhe agradecemos por isto.

Penso que os argumentos apresentados pelo senhor Secretário-Geral têm relação com a questão do endividamento em geral da Associação, e também levamos isso em conta e tomamos notas do que ele disse, penso que são considerações relevantes para o que continuará sendo discutido na Comissão de Orçamento. O que fazer com a dívida bancária da Associação?

Aqui estamos discutindo uma questão específica, que é a questão da dívida com o Fundo de Previsão, para a qual há outro tipo de razões também, como já foi manifestado por várias Delegações, então, com todo respeito pelas considerações do Secretário-Geral, penso que, em relação à questão específica que estamos discutindo, não à questão em geral do endividamento, a questão específica da dívida com o Fundo de Previsão, há uma proposta de quitá-la o antes possível em um só pagamento, pelas contas de minha Delegação essa proposta foi apoiada por 9 Delegações e outras 2 Delegações disseram que faziam reservas, mas que poderiam somar-se ao consenso.

Penso que não há mais o que discutir, senhor Presidente. Estão dadas as condições para que se faça constar em atas esta decisão e, no demais, no que se refere à dívida com as Instituições Bancárias, a política de redução desta dívida, isso seguirá sendo discutido no âmbito da Comissão de Orçamento e aí os argumentos do Secretário-Geral, tenho certeza, serão levados em consideração. Muito obrigado.

PRESIDENTE. Obrigado, Brasil. O Uruguai, por favor.

Representação do URUGUAI (Gonzalo Rodríguez Gigena). Obrigado, Presidente. Brevemente, parece-me que há um pequeno mal entendido.

Na ALADI, há tipos de países, há países grandes, países médios e pequenos, países de menor desenvolvimento econômico relativo. Não é mais do que reconhecer uma realidade. No entanto, não acredito que os países possam ser classificados por haverem podido estar em dia e países que tiveram, em ocasiões, que atrasar pagamentos. Parece-me uma coisa absolutamente lógica e depende da conjuntura dos países e não penso que seja uma sanção o fato de que sejam cobrados os juros que a Associação deve pagar aos países que estão, por inconvenientes muito compreensíveis, atrasando seus pagamentos à Associação. Não penso que seja algo punitivo, é adaptar-

se a uma realidade das coisas que estão acontecendo e não diminuir as atividades que a Secretaria tem que levar adiante.

Por último, não me convence o cálculo da Secretaria. Digamos, por exemplo, em 2004, estava pagando mais juros ao Fundo de Previsão que aos demais bancos, porque estas diferenças foram muito variáveis.

Por exemplo, em 2002, enquanto se pagava ao Fundo de Previsão 10,25%, aos bancos se pagava entre 7% e 14%; em 2003, enquanto diminuíram o Fundo de Previsão para 9%, aos bancos se pagava entre 7% e 13%; em 2005, para pular o ano dado como exemplo, se pagava ao Fundo de Previsão 7% e aos bancos entre 7% e quase 9%; o mesmo acontece em 2006 e em 2007.

Devemos lembrar que esses pagamentos, com certeza, são pagamentos em que foram pactuadas as taxas de juros com antecedência. Então, o que se está pagando é de acordo às condições de mercado do momento que se contraiu a dívida, isso é o que está refletido nos dados que estão aí, não é que se tenha tomado uma decisão de pagar ao Fundo de Previsão mais juros de maneira a favorecer o Fundo de Previsão, mas que exclusivamente as condições de mercado no momento de contrair a dívida eram outras, então isso é o que se reflete no quadro que estivemos vendo.

Por outro lado, estou de acordo com o que manifestaram as Representações da Argentina e do Paraguai. Parece-me muito sensato, no sentido de que não devemos fechar nenhuma fonte de financiamento. Além disso, como se mencionava, a agilidade, a resposta e a diferença de garantias exigidas pelo Fundo de Previsão e pelos bancos são muito diferentes, coisa que facilita muitíssimo ao ter acesso com mais rapidez ao que eventualmente, em algum momento, seja necessário pela falta do Fundo de Previsão. Nada mais. Muito obrigado, senhor Presidente.

PRESIDENTE. Bem, obrigado, Uruguai. Quero fazer um comentário, depois uma sugestão ao Comitê.

Penso que muitos disseram aqui que não há dúvidas que devemos tomar uma decisão aqui, e isso se pode fazer constar em atas, não há necessidade de um projeto de resolução para isso.

Sobre a questão de como saldar a dívida dos 230 mil dólares, que é o resultado de uma correção, ou seja, penso que o que estamos fazendo é muito saudável, estamos corrigindo um erro de 20 anos, alguém aqui disse que chegou a ser de 1.600.000 e que está em 230 mil agora. Penso que isso é muito saudável e que, como o Brasil disse, devemos registrar a satisfação de fazer isso. Por outro lado, há realmente uma maioria, com exceção de 2 ou 3 Representações, que acreditam que devemos saldar isso imediatamente com um pagamento. A maioria das Representações disse em curto prazo, quanto antes. Por outro lado, penso que temos que considerar também o que nos disse o Secretário-Geral, afinal, ele conduz a Instituição, ele é o responsável pela gestão do orçamento da Instituição, e invocou razões de prudência pelo quadro incerto, e é natural que seja prudente, agradecemos por isso, como disse a Argentina ou o Brasil, tendo em vista o quadro incerto das contribuições dos Estados, não sabemos o que vai acontecer e nem poderíamos saber.

Sugeriria, por exemplo, que a decisão fosse entre o imediato, com um pagamento, e o que nos foi sugerido em 3 pagamentos ou em 6 meses, não sei porque não tomamos uma decisão de 2 pagamentos em 3 meses, algo assim. Estaremos, de todas as

maneiras, corrigindo a distorção de tanto tempo, e se isso deixa o Secretário mais cômodo para dirigir a Instituição, o que são 2 meses ou 3 meses? Não fará muita diferença.

Minha sugestão é esta, como forma de levar em consideração a solicitação do Secretário-Geral, afinal, volto a dizer que ele é o responsável pela condução da Instituição, e não podemos tomar uma decisão sem levar isso em consideração, e isso é curto prazo em relação a 10 ou 20 anos em que esta distorção existiu, ter uma solução em 3 meses é curto prazo e o mais rápido possível, o que todas as Representações defenderam aqui. Então, por que não aprovamos 2 pagamentos em 3 meses ou 4 meses? Vejo que Cuba não está de acordo. O México pediu a palavra primeiro. Por favor, o México.

Representação do MÉXICO (Cassio Manuel Luiselli Fernández). Primeiro, para reiterar que não estamos fazendo juízos de nenhum tipo, nem do passado, nem do presente, nem dos países.

Estamos aqui vendo a gestão de nossa casa comum que se chama ALADI. Penso que, se fosse feita uma auditoria administrativa, os auditores puxariam um pouco as nossas orelhas, porque há 2, 4, 5, 6, 8 mil dólares que não tiveram porque ter sido pagos de juros e estão sendo pagos. O coeficiente de dívida em relação ao que temos em caixa é suficientemente amplo para não requerer que, com base em uma conjectura de não pagamento, incorramos em despesas de juros, simplesmente como uma coisa de administração. Penso que não temos por que esperar 2 ou 3 meses, a situação é bastante boa, paguemos tudo de uma vez e pronto.

O México pensa isso responsabilmente, comentei com Dora e penso que a situação financeira permite isso. Então, nossa opinião continua sendo pagar de uma só vez, a conjectura do não pagamento é conjectura, a situação financeira nos permite dormir em paz. Por que acumular dólares que podemos perfeitamente utilizar para muitas coisas, comprar livros que estão muito atrasados, comprar equipamentos, *software*? Uma auditoria administrativa é uma puxadinha de orelhas. Essa é minha opinião, Presidente, isso pensa o México. Obrigado.

PRESIDENTE. Muito obrigado, México. Cuba, por favor.

Representação de CUBA (Mirna Martínez Ajuria). Obrigada, Presidente. No mesmo sentido, e agradecendo todas as intervenções que escutamos, nós acreditamos que a última intervenção do Brasil foi a mais clara para nós, ou seja, há 2 questões. Acreditamos que em uma existe o consenso, pois os 2 países que, de alguma maneira, tinham alguma objeção, uniram-se ao consenso geral, qual seja, pagar em uma só quota, ou seja, em uma só vez o Fundo de Previsão dos Funcionários, talvez possamos continuar discutindo na Comissão de Orçamento a forma em que vamos saldar a dívida com os bancos, mas, para nós, francamente, ficou clara a posição de pagar de uma só vez o Fundo de Previsão dos Funcionários. Então essa continua sendo nossa posição. Obrigada.

PRESIDENTE. Obrigado, Cuba. O Equador, por favor.

Representação do EQUADOR (Edmundo Vera Manzo). Sim, coincidindo com todos os argumentos a favor de um só pagamento imediato e, talvez, antes que acabe novembro, por não dizer pagar amanhã mesmo.

PRESIDENTE. Obrigado, Equador. A Bolívia, por favor.

Representação da BOLÍVIA (Salvador Ric Riera). Obrigado, senhor Presidente. Na verdade, pareceria que nós não cumprimos, como disse o Embaixador do México, aí, se houvesse uma auditoria, poderia haver um pequeno puxão de orelhas, porque tivemos aqui uma linha de crédito com a Instituição, não um crédito como diz o Artigo 11, que se deveria haver autorizado cada crédito e se continuou e trabalhou tendo como linha de crédito e não penso que a autorização tivesse sido dessa maneira, e pagamos juros que não correspondiam.

Aqui, com o fato de que algumas instituições não pagam e outras pagam, também não funcionaria o princípio de solidariedade que temos com os países. Partamos de um princípio saudável que aquele que não paga é porque tem dadas condições nesse momento bastante difíceis e não vamos recargar mais coisas, ou se quiséssemos poderíamos levar em conta que, tendo uma solvência econômica, poderíamos haver ganhado esses juros nós mesmos, a própria Instituição, para fazer programas de ajuda e cooperação que necessitamos.

Por princípio básico, para terminar, penso que o tema é principista. Penso que temos que pagar todas as obrigações que devemos, não somente a que devemos internamente, mas também penso que é necessário buscar a forma de pagar todas e não gerar, porque se tiramos as dívidas que temos com o sistema bancário, também deve ser uma quantia bastante alta, não é uma questão de ter saldos positivos por um lado e negativos por outro, e como princípio, repito, paguemos as dívidas e analisemos se é necessário pagar, se podemos pagar também as dívidas bancárias que estão em 7%, porque estamos falando de uma quantidade de dinheiro bastante grande. Se temos, não há razão para ter fundos, além disso, prever se amanhã iremos mal... No dia em que estivermos mal, veremos, o Comitê determinará se é necessário fazer créditos, somos uma Instituição sujeita a créditos, qualquer banco nos daria o dinheiro e penso que as negociações podem ser feitas de melhor maneira, não com a taxa maior, mas sim com a taxa menor bancária, porque é uma Instituição que representa 12 países, 12 países importantes, não há nenhum banco que não gostaria de ter a ALADI como cliente.

Então, concordo com a posição de um só pagamento de imediato e também de analisar as outras dívidas bancárias e tentar regularizar. Obrigado.

PRESIDENTE. Obrigado, Bolívia. A Venezuela, por favor, e depois o Secretário-Geral.

Representação da VENEZUELA (Franklin González). Obrigado, Presidente. Para manifestar 2 acordos. Primero, com o pagamento de uma vez, como dizia o Embaixador do Equador, se podemos pagar, podemos, agora mesmo, fazer o cheque.

Em segundo lugar, algo que nós temos que discutir, não neste momento, mas na Comissão de Orçamento e depois ver quando abordamos o tema aqui.

Estou absolutamente de acordo com o Embaixador do México, penso que nós vamos chegar a um momento no qual seria importante poder fazer uma auditoria da Associação. Quero ser claro nisto, sobretudo pelo Secretário-Geral, a auditoria é feita pelas gestões que vieram se desenvolvendo, penso que isso é saudável em qualquer instituição, inclusive quando os novos Secretários-Gerais se instalam, deveria existir essa prática de receber uma Instituição com uma auditoria prévia. Obrigado, Presidente.

PRESIDENTE. Obrigado, Venezuela. O Chile, por favor.

Representação do CHILE (Andrés Rebolledo). Obrigado, Presidente. Brevemente, seguindo os pensamentos, nós estamos de acordo em pagar em uma quota imediatamente. Penso que, do ponto de vista financeiro, é razoável, inclusive do ponto de vista da apresentação é razoável para que a Instituição saia de uma dívida com os funcionários.

Agora, dentro dos elementos, há uma consideração que nós acreditamos que pode ajudar nessa incerteza que apresenta a Secretaria, que é a de não fecharmos a porta para esse Fundo como opção de empréstimo, que esteve dentro da apresentação. Eu diria para acordarmos pagar em uma quota imediatamente, mas não nos proibamos de ter isso, que era parte da conversação, e, provavelmente, isso pode ajudar a ter um pouquinho mais de tranquilidade com relação às incertezas da Secretaria. Obrigado.

PRESIDENTE. Obrigado, Chile. A Argentina, por favor.

Representação da ARGENTINA (Guillermo Daniel Raimondi). Obrigado, Presidente. Primeiro, para reiterar que vamos nos unir ao consenso de como abordar a problemática de quitar esta dívida com o Fundo de Previsão.

Segundo, e peço mil desculpas por insistir, mas penso que com os exemplos às vezes se compreende melhor as coisas. Meu país, que era um devedor consuetudinário da Associação, neste ano pagou 3 milhões e meio de dólares no decorrer deste exercício, dos quais 950 mil dólares foram em conceito de juros. Nem por isso a Argentina se sentiu diminuída ou categorizada em algum lugar infame, nem sentiu debilitada sua capacidade de atuação neste âmbito, simplesmente cumpriu com sua obrigação de assumir que não havia podido pagar as quotas em tempo e forma e que, por isso, devia pagar juros. Então, dos 3 milhões de dólares e meio desembolsados pela Argentina, 950 mil dólares foram em conceito de juros, e entendemos que é o que corresponde segundo as normas que regem hoje a condução financeira da Associação, e também quero dizer que este pagamento é algo extraordinário, e que não acredito que se repita no futuro próximo. Muito obrigado.

PRESIDENTE. Obrigado, Argentina. O Peru, por favor.

Representação do PERU (Jorge Rosado La Torre). Sim, senhor Presidente. Somente para manifestar ou ratificar novamente nosso interesse de que se pague em uma só quota e também enfatizar o mencionado pelo Representante Permanente do Chile, de não fecharmos as portas a fontes de financiamento, tendo em vista as futuras eventualidades que podem ocorrer. Obrigado.

PRESIDENTE. Obrigado, Peru. O Secretário-Geral, por favor.

SECRETÁRIO-GERAL. Obrigado, senhor Presidente. Nós não temos nenhum inconveniente em pagar em uma quota, porque nós entendemos que somos a Secretaria política de uma entidade que tem que atender a opinião dos países. Penso que há consenso, então esse pagamento será feito. Deem-nos uns dias, mas o pagamento será no mês de novembro, certamente. Eu não quero estipular prazos como hoje ou ontem, mas será feito nos próximos dias, com certeza.

Com relação a uma preocupação saudável do Embaixador da Venezuela, pedi imediatamente, porque me foi dito que se faz uma auditoria todos os anos. A empresa

que contratamos emitiu o relatório, ao qual as Representações têm acesso, foi enviado, neste ano, a todas as Representações que o solicitaram. Recém se começou a quitar a dívida a partir de janeiro de 2009, quando a Argentina pagou a dívida, como tão bem exposto pelo senhor Representante da Argentina, é a explicação que pedi imediatamente para que vejam que atendo as sugestões dos senhores. Será pago quanto antes.

PRESIDENTE. Bem, antes de dar a palavra à Bolívia, podemos, penso, deixar registrado em Ata que se fará o pagamento em uma quota, se possível, ainda em novembro, para a liquidação do Fundo de Previsão de 224 mil dólares. Podemos decidir assim, então?

SECRETÁRIO-GERAL. Perdão, Presidente, com sua permissão, vou informar no próximo Comitê o pagamento da dívida com o Fundo de Previsão, como costume fazer.

PRESIDENTE. Perfeito. Então a Bolívia, por favor.

Representação da BOLÍVIA (Salvador Ric Riera). Obrigado, senhor Presidente. Primeiro, não acredito que estejamos perdendo tempo. Penso que é muito importante que transparentemos todas as atividades, todas as situações econômicas e financeiras da Instituição. Agora, já que estamos neste tema de transparentar, gostaria de saber se temos alguma dívida com o sistema bancário ou com alguma outra instituição.

PRESIDENTE. A Argentina, por favor.

Representação da BOLÍVIA. (Salvador Ric Riera). Não terminei ...

PRESIDENTE. Desculpe-me.

Representação da BOLÍVIA (Salvador Ric Riera). É uma pergunta e, por sua vez, uma reflexão para que possamos analisar se é necessário que continuemos na lógica de que, se devemos uma quantia e estamos pagando tanto e temos no colchão, como bem disse o Ministro Raimondi, uma quantia de dinheiro, penso que aqui não se trata de ter e não ter passivos e ativos, penso que é necessário pagar, além disso, repito, somos uma Instituição sujeita a crédito e mais, se pagamos de forma antecipada, seremos melhores sujeitos a crédito para quando o precisarmos, não podemos pensar em dever pelo acaso de algum dia acontecer um problema. Quando não estivermos bem, recorreremos aos bancos. Penso que essa é a base de uma economia saudável de todas as instituições. Obrigada.

PRESIDENTE. Obrigado, Bolívia. A Argentina quer responder.

Representação da ARGENTINA (Guillermo Daniel Raimondi). Tenho a cifra do outro crédito, mas talvez o Secretário tenha com mais precisão, Presidente.

PRESIDENTE. Secretário-Geral.

SECRETÁRIO-GERAL. Com licença, senhor Presidente. Informam-me que temos uma dívida de 400 mil dólares com o Banco Nação Argentina, com taxa de 7%, viemos reduzindo substancialmente, a princípio do ano tínhamos uma dívida de 1.520.000 dólares, agora estamos em 400 mil e estamos renegociando, informa a administração, para ver se é possível diminuir a taxa de juros. Não sei se satisfiz a solicitação do senhor Embaixador.

Representação da BOLÍVIA (Salvador Ric Riera). Muito obrigado, senhor Secretário-Geral. Agora penso que aqui há outra discussão, e que deveríamos pagar até isso, porque 7 por 4 são 28, 28 mil dólares que devemos ao sistema e o senhor sabe, como eles também, não é de 7%, os bancos começam com outra forma de calcular os juros, então eu acredito que, se nós temos dinheiro, não temos porque pagar para ninguém e isso partiria já de uma transparência total e de uma limpeza de nossa forma de ter, porque se temos dinheiro, não acredito que seja necessário, mas deixo à discussão. A opinião da Bolívia é de que deveríamos pagar tudo.

PRESIDENTE. Obrigado, Bolívia. Por favor, o Secretário-Geral.

SECRETÁRIO-GERAL. Vamos levar em conta a opinião do senhor Embaixador da Bolívia, mas também lembro, senhor Embaixador, infelizmente o senhor não esteve ontem na reunião com os Embaixadores, mas foi-lhe enviada uma sentença de um Tribunal, então preferiria que isso fosse discutido na Comissão de Orçamento, e depois a Secretaria receberia o ilustrado critério dos senhores Embaixadores, mas, por favor, leve-se em consideração essa Resolução, sobretudo a opinião majoritária dos senhores Embaixadores, manifestada ontem, que era necessário atender dentro do orçamento de 2010 o sugerido pelo Tribunal, pediria para não tomar a resolução, escutar primeiro a opinião da Comissão de Orçamento, ver todas as considerações, e não tomar ainda uma resolução na sessão de hoje porque não tenho todos os elementos de juízo. Obrigado.

PRESIDENTE. Obrigado, antes de dar a palavra à Argentina, deixe-me perguntar se a Argentina estaria de acordo como Presidente da Comissão de Orçamento. Penso que ouvi que teríamos 2 reuniões da Comissão de Orçamento desta semana até a semana próxima.

Agora, poderíamos decidir incluir o tema da agenda na próxima reunião do Comitê. Alguns dos temas pendentes, como este, por exemplo, sugerido pela Bolívia, poderia ser discutido na reunião da Comissão de Orçamento e a Comissão, então, apresentaria os pontos de interesse para o Comitê na próxima reunião. Penso que isso é melhor que discutir agora a questão da Sentença e todo o demais.

Fico com dúvida, talvez o Comitê possa esclarecer. Foi resolvido que a liquidação do Fundo de Previsão seria feita em uma vez e imediatamente, o Secretário-Geral o disse, seria antes da próxima reunião do Comitê, mas pensei escutar, no princípio, que também havia um consenso sobre a questão de não usar mais o Fundo de Previsão e vejo que algumas Representações aqui disseram para não fechar as portas para isso. Há consenso sobre isso? Não há consenso sobre isso, então talvez isso pudesse voltar à Comissão de Orçamento para a próxima reunião.

O que decidimos agora é que vamos pagar a dívida do Fundo de Previsão de uma vez e imediatamente. Ofereço a palavra à Argentina, por favor.

Representação da ARGENTINA (Guillermo Daniel Raimondi). Muito obrigado, Presidente. Quero manifestar o seguinte, a partir da sugestão do Embaixador da Bolívia de que deveríamos avançar com o pagamento da outra dívida existente com o Banco Nação.

A Representação da Argentina se une ao consenso para pagar o Fundo de Previsão por considerações de tipo principista, não de tipo financeiro, ou seja, junto com as demais Representações, entendemos que não é adequado que a Associação tenha dívidas com seus próprios funcionários.

Esta questão de princípios nos parece que prima sobre a questão financeira. Agora, se vamos falar de quitar a dívida com instituições bancárias, para a Argentina existe uma necessidade prévia, qual seja, definir a política a seguir em materia de mora dos países no pagamento de suas quotas, porque, de outra maneira, ao utilizar os recursos de todos para pagar as dívidas de alguns, estamos beneficiando os que não pagam, e isso não parece correto para a Argentina, e como acabo de dizer em minha intervenção anterior, acabamos de pagar 950 mil dólares por juros.

Então, para avançar na consideração de quitar as dívidas bancárias, onde já não há questões de princípios, somente questões financeiras, necessitamos, sob nosso critério, acordar como vamos conduzir a questão das situações de mora dos países no pagamento de suas quotas. Obrigado, Presidente.

PRESIDENTE. Obrigado, Argentina. O Equador, por favor.

Representação do EQUADOR (Edmundo Vera Manzo). Com a última intervenção da Argentina, temos 2 temas válidos. E vale a pena que seja ratificado o que se veio fazendo nisso, que podemos chamar de política de mora, que os países devedores devem continuar pagando os juros, do contrário se quebraria todo equilíbrio institucional, isso vem sendo feito e é difícil mudar isso.

Acreditamos que, se um país não pode pagar, isso se aplica a qualquer país, tem que pagar os juros, mas temos que, conforme o proposto pelo Embaixador da Bolívia a respeito dos bancos, associar esse tema com a aprovação do programa do próximo ano. Ontem tratamos o tema, lamentavelmente não pude ficar até o final, e propunha, com alguns países, que o problema do orçamento tinha que ser relacionado com a Sentença e com a reestrutura proposta, não fazê-lo como tema isolado, e havia consenso ou unanimidade, e gostaria de saber se foi estabelecido que seria necessário estudar simultaneamente os temas da reestrutura com o tema do orçamento e o tema da Sentença. O quarto pé desta mesa são as disposições da última Conferência de Ministros, todos esses temas têm que estar dentro do mesmo olhar, e é um esforço complexo, importante, que deve ser feito já, antes que se aprove o orçamento de 2010.

Enquanto escutava o Embaixador da Bolívia falar que podemos adiantar o tema, embora estas reuniões sejam feitas para analisar esses temas, gostaria que também se pesquisasse no sistema bancário como andam os juros dos bancos, como anda a predisposição dos bancos a emprestar para nós. Se somos devedores de um banco de 7% mais outras taxas que sempre são incluídas, e se há outros bancos que possam ou queriam nos emprestar a menos, então pode ser negócio para a ALADI pagar essa dívida de juros mais altos e adquirir no momento necessário uma dívida com juros mais baixos. Entendo que todas as dívidas da ALADI com a Associação e com os bancos carregam juros de épocas anteriores, quando os juros eram extraordinariamente altos e foram diminuindo, e entendo que esta dívida deve ter juros antigos.

Então, convidaria a que fosse pesquisada essa possibilidade. Qual taxa de juros a banca está emprestando agora com a realidade da ALADI? Poderia ser um bom negócio emprestar para pagar isso e pagar com menos juros o que se está pagando. Somente proponho isso como um elemento a mais para o que vamos definir em outras sessões em outro momento, sobre a aprovação do orçamento de 2010 associado, porque aí foi muito prudente o Secretário-Geral ao advertir-nos de que temos esse problema pendente e solicitando que não paguemos todas as dívidas sem levar em conta esse problema, que é um problema real que a ALADI não assumiu em décadas, que haja alguma política de salários e que, se não o fizermos agora, temos que perder ou não

assumir uma responsabilidade como países mais um ano. Há a intenção dos países apesar do tempo, por estarmos no final do ano, de assumir esta responsabilidade, mas, repito, isso me ocorre ao escutar o Embaixador da Bolívia, averiguemos a banca. Tomando como exemplo o Governo Uruguaio, há pouco pôs à venda 500 milhões de bônus do Estado e incrivelmente o mercado ofereceu 6 vezes mais dinheiro do que pedia o Governo, havia 3 bilhões de dólares para emprestar ao Governo, que somente queria 500. Pode acontecer, como há tanto dinheiro fluindo por aqui, que haja juros baixos e que nos convenha embarcar com isso e sair desta dívida externa que a ALADI tem com juros antigos. Obrigado.

PRESIDENTE. Muito obrigado, Equador. Penso que o próximo é o Brasil, mas antes disso pediria que assumisse a Presidência o Embaixador da Bolívia.

- Assume a Presidência o Embaixador da Bolívia.

PRESIDENTE. Bem, perdão, não temos a ordem. Espero que não nos equivoquemos. Tem a palavra a Representação de Cuba.

Representação de CUBA (Mirna Martínez Ajuria). Obrigada, Presidente. Para apontar algumas questões que, para nós, haviam ficado claras na Comissão de Orçamento, e que pensamos que este Comitê deveria fazer o esforço de deixá-las definidas, porque isso implicará que possamos avançar na Comissão de Orçamento em todo o trabalho que se mantém, e é o tema da modificação do artigo 11, que foi um acordo da Comissão de Orçamento, resultou como acordo que não se recorreria ao Fundo de Previsão dos Funcionários, não ficaria expresso nessa proposta e o entendimento fundamental era que, entre outras questões, o orçamento é proposto anualmente e, de acordo com o comportamento do orçamento e da situação financeira da Associação, propõe-se para o próximo ano uma nova previsão e, nesse sentido, aprovou-se na Comissão trasladar ao Comitê a consideração de não tomar os empréstimos do Fundo de Previsão dos Funcionários, com o qual nós estaremos de acordo. Consideramos que, se essa discussão voltasse à Comissão de Orçamento, estaríamos alongando, não sabemos por quanto tempo, esta discussão, e nos preocupa francamente que devemos abordar a discussão substancial da Comissão, que é a preparação do próximo orçamento por programa.

Coincidimos com a Representação, acho que foi a do Equador, que propôs a necessidade de fazer uma análise integral e, para isso, propomos que, de alguma maneira, o tema da estrutura da Secretaria e o tema de alguma proposta não de ajuste, mas sim de política salarial, que é o que se estava vendo ontem na reunião dos Embaixadores, pudesse passar ao Grupo de Alternos e avançar nessa instância e continuar na Comissão de Orçamento somente com os insumos que fossem chegando dos Grupos de Trabalho para poder concentrar-nos e avançar na Comissão de Orçamento em relação ao próximo ano.

Sobre o tema do pagamento da dívida com os bancos: nós, embora pensemos que deve ser analisado na Comissão, acreditamos que seja algo que não necessariamente se vincula à política, que também deve ser analisado em relação aos países devedores, ou seja, são duas questões que, para nós, neste momento, não têm vinculação. Deve haver uma política para os países devedores, teremos que discutir isso, mas acreditamos que também estamos em condições de programar um pagamento aos bancos e saldar a dívida dos bancos, e, como disse, um tema não tem, necessariamente, que se vincular com o outro. E, para isso, faço uma reflexão: durante os anos que alguns países tiveram dificuldades, para nós isso não tem nenhuma

discussão porque entendemos a flexibilidade da Associação com os países que, em determinados momentos, incorreram em dívidas por condições internas, e sabemos que isso pode voltar a acontecer com qualquer um dos países. Mas, ainda nesses momentos em que esses países tinham dívidas, a Associação continuou pagando os juros com as contribuições dos demais países, por isso não vemos nenhuma vinculação entre uma coisa e outra, podemos programar o pagamento dos bancos e ainda assim continuar trabalhando em uma política mais clara com relação aos países que estiverem em mora em seus pagamentos. Obrigada.

PRESIDENTE. Muito obrigado, Representação de Cuba. Como mudamos a Presidência, temos alguma desinformação, gostaria de perguntar se é o Brasil, penso que corresponde primeiro ao Peru ou à Venezuela, não sabemos. O Brasil tem a palavra.

Delegação do BRASIL (José Humberto de Brito Cruz). Obrigado, Presidente. São três pontos muito breves.

Primeiro, estou de acordo com o manifestado pela Representação de Cuba, em relação a que houve de consenso sobre o artigo 11 das Normas Orçamentárias para 2010, a isso me referia em minha primeira intervenção aqui, penso que isso foi o que nos informou o Presidente Interino da Comissão de Orçamento, que se chegou a um consenso no sentido de eliminar a referência a outras fontes de financiamento, então ficamos, pelo menos para 2010, unicamente com fontes bancárias previstas na Norma orçamentária, penso que houve consenso sobre isso na Comissão, assim nos informou seu Presidente aqui e não há necessidade de reabrir esta questão. Não penso que seja necessário que o Comitê faça nenhuma recomendação à Comissão em relação a isso, os países que se manifestaram no sentido de não fechar portas fizeram isso de forma geral, como uma visão para um futuro, mas penso que alcançamos o consenso sobre a norma para 2010, e não vamos retroceder nisso, pelo menos este seria o desejo de minha Delegação.

O segundo ponto é que nós, com relação à dívida bancária da Associação, viemos acompanhando este tema com atenção há bastante tempo, e vemos com satisfação que a Secretaria segue uma política de redução desta dívida, penso que vai bem e que deve continuar nesta direção, inclusive com um horizonte de chegar a uma dívida zero, pelo menos nas circunstâncias em que nos encontramos, onde não há realmente uma necessidade de endividamento da Associação.

Em relação aos tempos, penso que se pode ser mais flexível, seguindo as considerações de prudência do Secretário-Geral, porque aqui não está envolvida a questão de princípio que estava presente no caso do Fundo de Previsão, não temos objeção a que se continue discutindo no âmbito da Comissão de Orçamento e coincidimos com a Representação da Argentina, no sentido de que é positivo, neste contexto, uma discussão sobre qual é a situação dos países que estão em mora ou que possam estar em mora com suas contribuições e nos parece uma discussão útil, não é necessariamente uma condição para as conclusões, mas nos parece positivo que entremos nessa discussão e que cheguemos a um acordo sobre isso, porque me parece que é uma questão de justiça, inclusive pela simples necessidade que uma dívida tem que ter sua correção do valor monetário pelo menos.

Um terceiro ponto, que não entendi muito bem, não sei se chegou a estabelecer uma relação com o tema da dívida, entre o tema da dívida da Associação e a questão da sentença do Tribunal, talvez tenha entendido mal, nós não vemos relação entre os dois

temas, são duas coisas que devemos discutir, mas não vejo que juntas formem uma só questão. Então, tomamos nota do que nos foi informado pelo Secretário-Geral sobre a sentença e agradecemos a distribuição do documento, vamos estudá-lo e estaremos dispostos a considerá-lo no âmbito que for determinado, para nós poderia ser a própria Comissão de Orçamento, embora coincidamos que a prioridade para a Comissão de Orçamento neste momento deve ser a preparação do orçamento de 2010, talvez neste âmbito se possa dar a consideração necessária ao tema Talvez aí seja o lugar mais adequado para esta discussão. Obrigado.

PRESIDENTE. Muito obrigado, Delegação do Brasil. A Representação do Peru tem a palavra.

Representação do PERU (Jorge Antonio Rosado La Torre). Obrigado, senhor Presidente. Minha Representação desejaria referir-se ao tema do Fundo de Previsão. Nós manifestamos, no Grupo de Trabalho, na Comissão de Orçamento, que estamos totalmente de acordo com o princípio de não voltar a recorrer a este Fundo, nesse tema nós não desejamos nem reabrir discussões e estamos totalmente de acordo e seguimos na mesma linha nesta reunião.

Consideramos pertinente o proposto pela Representação do Chile, porque realmente nunca se sabe como se desenvolve. Agora a Associação pode estar passando por um bom momento, mas não sabemos no próximo ano como se apresenta a situação, então é como uma medida de previsão, nós consideramos, em seu momento, que se poderia recorrer, seria conveniente estabelecer na norma a menção a outras fontes de financiamento, no entanto não queremos reabrir este tema e não vamos discutir essa situação.

Em relação ao manifestado pela Argentina, a uma política de devedores, a Argentina sabe bem que este tema é conjuntural. Felicitamos a Argentina por ter podido pagar sua dívida, isso obedece a uma situação conjuntural, da mesma forma que obedece a uma situação conjuntural que os países devedores estejam nestas circunstâncias. Que país nesta sede nunca esteve na lista de países devedores? Penso que nenhum, digo, muito poucos em todo o caso. O Embaixador da Venezuela se referiu a uma dívida impagável, tentamos reproduzir aqui nesta Organização algo que foi um trauma para a região durante anos: o problema da dívida externa. Querem castigar os países devedores tornando as dívidas ainda maiores. Na verdade, o Peru considera que isso é totalmente inconveniente, ou seja, estamos a favor de discutir um mecanismo com relação aos países devedores, não tornar as dívidas dos países devedores ainda maiores e, portanto, impagáveis, os 900 mil dólares de juros pagos pela Argentina não ajudaram a Organização? Ou seja, há Representações que se centram na utilização dos fundos dos países que pagam em seu momento, está bem isso, é correta essa visão, mas também é correta a visão de que os recursos dos países devedores, quando ficam em dia com seus pagamentos, beneficiam a Organização também, agora não nos pronunciamos com relação a esse tema.

Então, para a Representação do Peru não é conveniente passar a uma modificação das Normas de Orçamento, é inconveniente adotar um mecanismo que aumente as dívidas dos países devedores, estamos dispostos a conversar sobre outros mecanismos de tal maneira que seja justo para os países que pagam a tempo, mas sem escarmentar os países devedores, porque todo mundo, de alguma ou outra maneira, pode terminar nessa posição. Obrigado, senhor.

PRESIDENTE. Obrigado, Representação do Peru. Tem a palavra a Representação da Venezuela.

Representação da VENEZUELA (Franklin González). Obrigado, novo Presidente. Queria primeiramente fazer uma diferenciação da discussão que estamos fazendo.

Primeiro, entendo que sobre a dívida com o Fundo ficou claro, isso é, não estamos discutindo isso, ok. Se não estamos discutindo isso, penso que todas as manifestações que foram feitas deveriam ser enviadas à Comissão de Orçamento: o proposto pelo Embaixador da Bolívia, pelo Embaixador do Equador, pela Argentina e pelo Peru. Vamos passar isso para a Comissão de Orçamento e depois fazemos a discussão no Comitê, uma vez que aí se tenha tido algumas opiniões sobre os novos elementos, porque há alguns que já foram acordados, por exemplo, o relatório da Comissão de Orçamento estabelece que houve um consenso para uma redação nova do Artigo 11 e penso que está claro a forma em que está redigido esse artigo, ou seja, não penso que haja inconvenientes. Ele diz:

“A Secretaria-Geral, prévia autorização do Comitê de Representantes, poderá tomar crédito de instituições bancárias ou, em seu defeito, e como medida de exceção, de outras fontes de financiamento para os efeitos de contar com os recursos para arcar com as necessidades financeiras da execução orçamentária e quando, por razões de atraso nos pagamentos, resultem insuficientes as contribuições recebidas dos países-membros.”

Por certo, esta última parte é bem importante, “por razões de atrasos nos pagamentos, resultem insuficientes as contribuições recebidas dos países-membros” e depois, bem, diz que tem relação com a taxa de juros, que, no caso de empréstimos que a Associação contrair com outras fontes de financiamento, porque diz, “em seu defeito, com outras fontes de financiamento”, a taxa de juros aplicável não será superior à taxa que a Associação deveria pagar por operações de crédito com instituições financeiras do país sede.

Então, penso que, sobre isso, houve consenso. Se houve consenso sobre isso, então vamos proceder desta forma, isso não fecha nenhum caminho, inclusive o caminho daqueles países que manifestaram que não se continue assumindo dívidas com o Fundo dos trabalhadores. Nesse caso, também manifestamos, desde a Representação da República Bolivariana da Venezuela, que acreditamos que não é uma política saudável, que não é uma boa política, então penso que a redação é muito clara nesse sentido. Então, proponho à Presidência, se isso já está claro, que passemos então à Comissão de Orçamento as coisas novas. O que é um elemento novo para a Comissão de Orçamento? Como abordar o tema dos países que têm problemas com o pagamento de suas quotas? Como abordar isso? Penso que há opiniões distintas, opiniões que não são coincidentes neste caso, mas acredito que seria bom que fosse discutido pela Comissão e depois nós o abordaríamos aqui neste Comitê. Obrigado, Presidente.

PRESIDENTE. Obrigado, senhor Embaixador. A Representação da Argentina tem a palavra.

Representação da ARGENTINA (Guillermo Daniel Raimondi). Presidente, muito obrigado. Se isso pode ajudar a sair deste ponto, quero dizer que este artigo do qual estamos falando faz parte de um conjunto, que é uma Proposta de Resolução, que oportunamente será apresentada ao Comitê sobre o orçamento de 2010. Penso que

seria oportuno que deixássemos que a Comissão de Orçamento continue trabalhando sobre essa proposta, que tem uma parte dispositiva, tem quadros com as atividades a serem desenvolvidas, as quantias designadas a cada uma, etc., e uma vez que tivermos terminado de chegar a um consenso na Comissão sobre esta proposta, apresentamos ao Comitê e aí será considerada. Parece-me que estar discutindo uma questão específica desta proposta, deste projeto de resolução, é prematuro e está tirando tempo do Comitê para outras coisas que tem que abordar. Obrigado.

PRESIDENTE. Obrigado pela contribuição, Representação da Argentina. Penso que terminamos o tema do ponto quarto do orçamento. Parece que há muito que discutir ainda em futuras reuniões.

Passamos ao ponto quinto da agenda.

5. Relatório dos Coordenadores dos Grupos de Trabalho:

- Dimensão Social no Processo de Integração.

O Embaixador da Venezuela tem a palavra sobre o tema.

Representação da VENEZUELA (Franklin González). Obrigado. O relatório do Grupo de Trabalho sobre a Dimensão Social refere-se às reuniões realizadas nos dias 3 e 10 de novembro deste ano. Informo que acordamos nos reunir todas as terças-feiras às 15 horas.

Na reunião do dia 3 de novembro, foram tratados os seguintes pontos: continuou-se com os trabalhos sobre a Matriz da Dimensão Social, encomendada pelo Grupo à Secretaria-Geral para a elaboração do Plano de Ação Priorizado para a Dimensão Social. Nessa sessão, iniciou-se a discussão sobre a base do documento ALADI/CR/dt 221 Matriz de atividades derivadas das recomendações da Reunião de Ministros da Área Social, ordenada segundo os critérios A, B e C, definidos na reunião de Grupo de Trabalho de 27 de outubro de 2009.

Esta nova versão reordenou as atividades com base nos critérios definidos na reunião anterior, logo se procedeu à análise das atividades propostas nesse documento, estabelecendo como prioridade as ações qualificadas concretas, denominação tipo C, ou seja, a A tem uma denominação, a B outra e a C, que é a que denominamos, até o momento, Ações Concretas, em que viemos trabalhando nestas reuniões que estou mencionando, do dia 3 e dia 10 de novembro.

Na reunião do dia 3, então, foram examinadas as atividades assinaladas como 1.1, 2.1, 2.2 e 7.4. Nesse sentido, as Representações estiveram de acordo na importância de cada uma das ações antes assinaladas, identificando a conveniência de que algumas delas se iniciassem em dezembro deste ano, levando em conta que se pode levar adiante com os recursos já existentes na Secretaria, uma vez que se dê por aprovada a proposta do Plano de Ação Priorizado. Propôs-se continuar com a análise das demais atividades propostas, fazendo um chamado à capacidade de síntese das Representações e a necessidade de precisão em suas intervenções.

A reunião do dia 10 de novembro continuou com os trabalhos sobre a Matriz da Dimensão Social e, neste sentido, as Representações foram convidadas a continuar com os trabalhos iniciados na reunião anterior, analisando, de maneira detalhada, as atividades propostas no lineamento C, como disse, de Atividades Concretas e aí as Representações revisaram analiticamente o documento que, após uma série de

modificações de forma e conteúdo, permitiu uma depuração daquelas atividades que apresentam maior facilidade para sua execução a curto, médio e longo prazo, o qual é um insumo adequado para a elaboração do Plano de Ação Priorizado, ficando pendente a possibilidade de incorporar neste título algumas das ações e/ou atividades que foram identificadas como A e B.

No âmbito de uma longa e produtiva discussão – informo aos Embaixadores que seus Alternos estão trabalhando- sobre as diferentes atividades, o Grupo avançou até finalizar o último ponto correspondente às atividades tipo C catalogadas, como já disse, Atividades Concretas, e não existindo mais comentários das Representações, deu-se por concluída a análise das propostas de atividades, ficando pendente as atividades qualificadas com as letras A e B e a revisão dos termos de referências das atividades tipo C para sua aprovação. Informo que, no que se refere a essas atividades que já revisamos identificadas como Atividades Concretas ou tipo C, neste momento a Secretaria começou a elaborar os termos de referência, e isso está pendente para discussão e aprovação.

Bem, finalmente concluímos esta reunião, e foi acordado continuar com os trabalhos na terça-feira, 17 de novembro, às 15 horas. Isso é tudo, senhor Presidente.

PRESIDENTE. Muito obrigado, Embaixador, pela contribuição para a Instituição. Não temos nenhum comentário a esse respeito.

Passaríamos ao próximo Relatório.

- Sistema de Informação e Estatística.

... Oferece-se a palavra à Representação Permanente de Cuba.

Representação de CUBA (Mirna Martínez Ajuria). Muito obrigada, Presidente. Brevemente, nós nos reunimos ontem no Grupo para avaliar, em primeiro lugar, o relatório da XII RECOMEX, realizada nos dias 6 e 7 de outubro no Brasil, na sede do Ministério de Desenvolvimento de Indústria e Comércio Exterior, com a presença de uma numerosa Delegação do país sede, e, dessa maneira, cumpriu-se com o objetivo ou com a expectativa de que este tipo de reunião, ao ser realizada nos países-membros, fosse aproveitada pelos funcionários desses países. Além disso, foi um êxito a organização da reunião pelos Funcionários desse Ministério, sendo que todos os participantes da reunião avaliaram muito positivamente o desenvolvimento e a organização pela Secretaria, o que também foi parte da análise de nosso Grupo.

Como disse, avaliamos o relatório e suas recomendações. Esta reunião, como se sabe, é uma reunião de caráter permanente, um vínculo permanente entre nossa Secretaria-Geral e nossos Escritórios Responsáveis pelo Fornecimento de Informação Estatística. Dessa reunião surgiram sete recomendações que, de alguma maneira, serão incorporadas no programa de atividades do próximo ano e, por sua vez, analisamos as propostas para esse orçamento, destacando-se essencialmente que a XIII edição da reunião será realizada em agosto em lugar de outubro, que é normalmente a data em que se realiza e, nesta ocasião, propõe-se adiantá-la para agosto, isso ficará expresso no orçamento por programas desta reunião. Além disso, foi proposta uma adequação de alguma das atividades do Departamento de Informação e Estatística, além de realizar uma atividade de assistência técnica à República de Cuba por solicitação da participante na RECOMEX que, eventualmente, estaria também se incorporando no programa de atividades de 2010. É tudo, Presidente. Obrigada.

PRESIDENTE. Muito obrigado, Representação de Cuba. Temos comentários da Delegação do Brasil. Tem a palavra.

Delegação do BRASIL (José Humberto de Brito Cruz). Obrigado, Presidente. Para agradecer o relatório e também os comentários da Representação de Cuba em relação ao êxito da reunião da RECOMEX no Brasil e para dizer que nós, a partir de outra perspectiva, compartilhamos totalmente o manifestado, porque penso que é importante este tipo de iniciativa que tem como resultado aproximar a ALADI dos países, das pessoas que trabalham nas Capitais. Muitas vezes a ALADI pode parecer, para os que estão em Brasília, uma coisa um pouco distante e que trata de temas complexos, mas é muito positivo quando temos a possibilidade, como tivemos nesse caso desta RECOMEX, de levá-la a um país, como foi o caso do Brasil, e realizar a reunião com uma grande participação do país sede. Isso serve ao interesse de fortalecer ALADI e fazer com que esteja mais presente nas preocupações e no trabalho das Capitais. Então, gostaria de agradecer a Cuba e expressar nossa satisfação pelo sucesso que teve esta reunião em Brasília. Muito obrigado.

PRESIDENTE. Muito obrigado, Delegação do Brasil. Não havendo nenhum comentário mais, passaríamos ao seguinte ponto.

- Normas e Disciplinas.

Tem a palavra a Representação do Chile.

Representação do CHILE (Constanza Alegría Pacull). Obrigada, senhor Presidente. Quanto à reunião do Grupo de Normas e Disciplinas, realizada na semana passada, no dia 3 de novembro, ela foi convocada a partir da recomendação do último Comitê de Representantes, uma vez que foi esclarecido o tema orçamentário.

Esta reunião foi realizada com o objetivo simplesmente de tomar uma decisão sobre as datas de realização da terceira Rodada de Negociações de Origem e Salvaguarda, tendo em vista que, no caso do outro Grupo que se desprende do Grupo de Normas e Disciplinas, que é o Grupo de Solução de Controvérsias, os próprios negociadores já haviam pedido que esta reunião fosse realizada durante o primeiro trimestre de 2010, não considerando necessário fazer uma reunião no que resta de 2009.

Quanto à reunião do Grupo de Trabalho, algumas Representações manifestaram que podiam credenciar pessoal, e outras não, no tema de Origem.

Finalmente, decidiu-se, depois de analisar diferentes possibilidades, que se ia convocar, de todas as maneiras, a reunião de Origem. Mas, considerando o escasso tempo que havia para que esta reunião fosse realizada efetivamente -estava prevista para 17 a 19 de novembro-, pedia-se às Representações que informassem, ainda que de maneira informal, a assistência de suas Representações no mais tardar quinta-feira, 5 de novembro, para informar sua ausência, ou dia 6 de novembro para o credenciamento. Em 6 de novembro, foram recebidas confirmações de ausência de duas Representações e credenciamento de outras duas, e, levando em consideração as Representações que, em sala, haviam explicado sua impossibilidade de participar e levando em conta também o escasso tempo para organizar, decidiu-se pospor a realização da reunião do Grupo de Origem. Entendemos, de acordo com as discussões, que deverá ser prorrogada para o primeiro trimestre de 2010.

Quanto à reunião de salvaguarda, solicitada pelos negociadores de 30 de novembro a 2 de dezembro, também durante a reunião de 3 de novembro, dispôs-se que, visto que havia mais tempo para fazer estas consultas nas Capitais, teríamos até 13 de novembro para os credenciamentos ou confirmações de ausência para ver se efetivamente seria realizada. Neste sentido, na data em que me informou a Secretaria, havia dois membros credenciados até o momento, portanto pediria às demais Delegações que, por favor, informassem quanto antes a participação nesta reunião para começar já os trabalhos logísticos correspondentes.

Não sei se esta comunicação poderia ser feita por e-mail também para agilizar o processo. Como bem dizia, foi uma reunião bastante curta, somente com este objetivo. Muito obrigada.

PRESIDENTE. Não havendo comentários, passamos ao ponto 6.

6. Assuntos diversos

O Secretário-Geral tem algo para informar.

SECRETÁRIO-GERAL. Obrigado, senhor Presidente. Em sessões anteriores, o senhor Embaixador do Paraguai pediu um relatório sobre as gestões que teriam que ser feitas pela Secretaria-Geral em matéria de cooperação, em cumprimento do que entendi era um mandato do Comitê. Fizemos gestões com as autoridades do Instituto Interamericano para a Agricultura, que ofereceram à ALADI as seguintes linhas de cooperação: sanidade agropecuária, inocuidade de alimentos, segurança alimentar, casos bem-sucedidos de PMEs agropecuárias, apoio à oficina regional sobre negociações multilaterais. Estamos apresentando projetos concretos referentes a este ponto de cooperação que IICA generosamente nos oferece.

Em contato com a União Postal das Américas, Espanha e Portugal, propôs-se a emissão de um selo comemorativo do 50º aniversário da ALALC-ALADI. Penso que isso será concretizado.

Assinou-se, como havia sido negociado anteriormente, o convênio de Cooperação Técnica não Reembolsável entre a Cooperação Andina de Fomento (CAF) e a ALADI no dia 7 de outubro através da qual a CAF aportará à Secretaria-Geral da ALADI a quantidade de 68.000 dólares para desenvolver projetos de fortalecimento da gestão institucional da ALADI.

Em 10 de outubro, visitei o Coordenador Residente das Nações Unidas, senhor Pablo Mandeville, a quem se solicitou cooperação técnica de especialistas para os estudos que podiam ser realizados pelos especialistas competentes das Nações Unidas destinados a apoiar a concretização de alguns campos de atividades contempladas nas Resoluções 68, 69 e 73, aprovadas na Décima Quinta Reunião do Conselho de Ministros.

Ontem, tive uma reunião de trabalho com a senhora Tracy Betts, Representante do BID no Uruguai, Banco Interamericano de Desenvolvimento, a fim de solicitar a cooperação técnica do BID para o desenvolvimento de vários projetos, um centro virtual de capacitação em temas de integração regional e comércio internacional.

A ideia é utilizar as tecnologias da informação e as comunicações e os conhecimentos de nossos especialistas para capacitar os operadores do comércio exterior dos países-membros da Associação em temas como os instrumentos,

convênios de pagamentos, no conhecimento e utilização das preferências negociadas na ALADI e nas normas e disciplinas que regem o comércio regional, em capacitar as forças produtivas no uso das tecnologias da informação e as comunicações.

Outro tema: integração fronteiriça. A ideia é analisar, com os diretores das câmaras binacionais, uma reunião a ser realizada em algum dos países-membros, a forma para promover o comércio intra-regional e o papel da integração fronteiriça, a integração regional.

Quanto ao BID ou ao INTAL (Instituto para a Integração da América Latina e Caribe), em um documento, analisou-se nessa oportunidade o apoio para a celebração dos 50 anos de integração. Esta proposta foi recebida de maneira favorável pela Representante do BID. Nada mais, senhor Presidente.

PRESIDENTE. Muito obrigado, senhor Embaixador. A Representação do Chile tem a palavra.

Representação do CHILE (Constanza Alegría Pacull). Obrigada, Presidente, não sei se a Representação da Argentina quer falar sobre o mesmo tema apresentado pelo Secretário-Geral, porque o nosso é outro assunto.

PRESIDENTE. Então, tem a palavra a Representação da Argentina.

Representação da ARGENTINA (Federico Villegas). Muito obrigado, senhor Presidente. Agradecemos muito ao Secretário-Geral por seu relatório e felicitamos especialmente a Secretaria pelo ímpeto que está demonstrando em reavivar e fortalecer os distintos convênios de cooperação e os laços que o prestígio desta Organização permitiu construir com Instituições muito importantes. Nesse sentido, sempre chamou a atenção de nossa Representação o vazio que existia entre a solidez dos acordos de duas Instituições tão importantes, seja de uma universidade ou de bancos ou de organismos, e depois saber um pouco o que acontecia após a assinatura desses acordos, e nos faltava ver o benefício desses acordos. Relatórios, como o que está sendo apresentado hoje -e alentamos a que a Secretaria os apresente periodicamente- não levam a ver como esses acordos, essas cartas de intenções, são traduzidas em projetos concretos para benefícios de todos.

Então, felicitamos especialmente o Secretário à luz do próximo aniversário, no ano que vem, isso será muito positivo. Simplesmente como curiosidade ou como consulta, desejaria maior informação, se possível agora ou em outra reunião, sobre o acordo com a CAF. Parece-nos muito oportuno, mas também gostaríamos de conhecer um pouco mais detalhadamente, tendo em vista que é uma quantia importante e um tema muito particular com o qual este Comitê se preocupa diariamente, que é o fortalecimento institucional da ALADI, à luz de todos os debates que temos sobre reestruturação da Secretaria, ampliação de nossos mandatos, etc., gostaria de conhecer um pouco mais detalhadamente, agora ou depois, sobre o que se pensa fazer com este projeto. Como seria a metodologia? Qual seu objetivo? Quais seriam os consultores? Muito obrigado.

PRESIDENTE. Muito obrigado. Tem a palavra o Secretário-Geral.

SECRETÁRIO-GERAL. Não sei se o Brasil quer falar sobre o tema. Se o Brasil me permite, responderei ponto por ponto.

Com prazer enviarei o Convênio. Tendo em vista que enviarei à Argentina, aproveito e remeto a todos. A ideia é ter um Funcionário que a CAF vai pagar, isso havia sido negociado antes que eu assumisse, que sirva para gestões em matéria de cooperação.

Neste tema, esqueci de indicar que, na segunda-feira, fizemos aqui uma conferência que foi muito apreciada de Mónica Hirst, não preciso apresentar a todos, para o pessoal da Secretaria em matéria de cooperação. Essa conferência, pelo que me transmitem os Funcionários, teve mutio sucesso. É uma especialista muito conhecida do Brasil que vive na Argentina há muitos anos, é professora de Universidades prestigiosas argentinas, inclusive na Academia diplomática brasileira. Isso também vai no mesmo sentido; enviarei o Convênio, visto o solicitado pela Argentina, e também enviarei para todas as Representações. Obrigado.

PRESIDENTE. Obrigado, Secretário. A Delegação do Brasil tem a palavra.

Delegação do BRASIL (José Humberto de Brito Cruz). Obrigado. É sobre o mesmo tema. Para agradecer o relatório do Secretário-Geral e pedir, também me chamou a atenção a referência ao projeto de cooperação com a CAF, mas há outros que me parecem que tratam de temas importantes e, precisamente, penso que estamos no momento em que a Associação está definindo seu programa de atividades para 2010. Penso que seria útil que as informações dadas pelo Secretário-Geral agora, porque elas envolvem propostas ou ideias de novas atividades ou continuação de atividades que já existem e que, certamente, têm relevância para o programa de atividades da Associação para 2010, então pediria, e desculpe-me se estou pedindo algo que já foi feito ou que está sendo feito, que fosse distribuída, por escrito a informação sobre estes programas de cooperação com as propostas em cada caso, para que as Delegações possam levar em conta inclusive no âmbito da preparação, porque suponho que estas atividades vão ser incluídas no programa de atividades para 2010 e seria útil ter esta informação por escrito para ajudar as Delegações. Muito obrigado.

PRESIDENTE. Obrigado, Delegação do Brasil. O Secretário-Geral quer fazer um comentário a esse respeito.

SECRETÁRIO-GERAL. Apreciamos o pedido e, como estamos fazendo agora, vamos informar detalhadamente às Delegações cada caso. Seguindo sua sugestão, vamos adjuntar os projetos que apresentamos a essas entidades para que os senhores conheçam de antemão e me ocorre, até pedindo-lhes desculpas, que os senhores poderiam me dar ideias sobre os mesmos antes que fossem assinados.

No caso da CAF, era um projeto negociado já com anterioridade, mas agora me parece muito boa a ideia da Delegação do Brasil, e lhes enviaremos previamente, não assinaremos nada sem que, ao menos, os senhores tenham os textos. Quando falo Brasil, reitero, como disse anteriormente, falo todas as Representações.

PRESIDENTE. Muito obrigado, Secretário-Geral. Gostaria de perguntar ao Embaixador do Paraguai se é sobre o relatório do Secretário-Geral, porque o Chile havia antecipadamente pedido a palavra. É sobre o relatório. Muito bem, tem a palavra.

Representação do PARAGUAI (Emilio Lorenzo Giménez Franco). Muito obrigado, Presidente. Queria, em nome de minha Representação, agradecer a informação que nos acaba de dar o Secretário-Geral e felicitá-lo pelas gestões que vem realizando neste âmbito. O tema da cooperação externa da ALADI é um tema que penso ser uma

questão pendente até agora, e vemos que está se trabalhando no tema; portanto, estamos muito comprazidos.

Nosso interesse também é ver na aplicação da Resolução 68 (XV) do Conselho de Ministros, que fala de um plano de ação para os países de menor desenvolvimento, o financiamento que a Secretaria possa conseguir para esse plano de ação, é um plano de ação de dois anos que está sendo trabalhado no Grupo de Trabalho de países de menor desenvolvimento, mas nós consideramos que vamos necessitar de algum tipo de financiamento para levar a cabo esse plano de ação. Nosso interesse é, além da cooperação que a Secretaria possa conseguir para os programas de trabalho, enfatizar a Resolução 68 (XV). Muito obrigado e felicito o Secretário pelas gestões que vem levando a cabo neste campo. Obrigado.

PRESIDENTE. Muito obrigado, senhor Embaixador. O nosso Secretário-Geral tem um comentário sobre o assunto.

SECRETÁRIO-GERAL. Agradeço muito, senhor Embaixador do Paraguai. O Presidente me diz, em voz baixa, são elogios mútuos, foi uma ideia sua, senhor Embaixador. Eu, habilmente, não lhe contei meus fracassos.

PRESIDENTE. Muito obrigado pelo comentário. Gostaria de perguntar ao Uruguai se é sobre o relatório. Perdão, a Representação do México tem a palavra.

Representação do MÉXICO (Dora Rodríguez Romero). Obrigada, Presidente. Simplesmente, da mesma maneira que as Representações que nos antecederam, gostaria de agradecer ao Secretário por seu relatório e felicitá-lo, obviamente, por esta gestão. Não lembro se houve uma gestão -ao menos nos últimos anos não houve-, este tema é realmente muito importante, temos, como se disse aqui, uma quantidade de acordos assinados entre a Associação e Organismos e outras entidades. Consideramos que é necessário tirar proveito e, pela rápida leitura feita pelo Secretário, acreditamos que todos estes temas são temas que estamos tratando, que fazem parte de nossas atividades e que, com isso, vamos reforçar e vamos poder ter resultados concretos em muitas destas atividades, e consideramos que essas atividades serão desenvolvidas com a cooperação externa. Suponho que, após a distribuição deste relatório nos distintos Grupos ou diretamente na Comissão de Orçamento, teremos oportunidade de ver diretamente quais são os projetos concretos. Novamente, muito obrigada por seu relatório e meus parabéns por sua gestão.

PRESIDENTE. Muito obrigado, Representação do México. Tem a palavra a Representação do Uruguai.

Representação do URUGUAI (Raquel Rodríguez Sanguinetti). Muito obrigada, senhor Presidente. Em primeiro lugar, gostaria de unir-me às felicitações, por razões profissionais há muitos anos que trabalho na área de cooperação e me parece que estas gestões vão realmente na linha de complementar as atividades que não podemos cumprir, às vezes, com os orçamentos que temos.

Gostaria, simplesmente, de complementar as gestões que estão sendo feitas pela Secretaria, por haver participado na semana passada de uma reunião Ibero-Americana de Cooperação, toda a área de cooperação horizontal que implica toda a abertura, o multilateral, atrevi-me a mencionar - fui em Representação de meu país- que na ALADI há um âmbito propício e que era possível, através da SEGIB, com quem também temos

um convênio, obter fundos e atividades de cooperação horizontal que podiam apontar neste sentido.

Então, parece-me que, felicitando o Secretário por essas gestões, podemos aprofundar essas gestões. Eu, com prazer, poderia transmitir à Secretaria a informação dos contatos no âmbito Ibero-Americano. Muito obrigada.

PRESIDENTE. Obrigado, Representação do Uruguai. Nosso Secretário-Geral tem a palavra.

SECRETÁRIO-GERAL. Muito obrigado, Representação do Uruguai. Tivemos contato com a SEGIB, mas não chegamos ao mesmo estado, e seria tão valiosa sua colaboração com a Secretaria que a aceitamos comprazidos, realmente estamos muito agradecidos pela oferta.

PRESIDENTE. Obrigado, Embaixador. Havendo finalizado o tema do relatório do Secretário-Geral, tem a palavra a Representação do Chile.

Representação do CHILE (Constanza Alegría Pacull). Obrigada, Presidente. Bem, pedi a palavra em Assuntos diversos para comunicar ao Comitê que, no âmbito da Organização Mundial do Comércio em Genebra, está-se discutindo, entre outros temas, obviamente, o Procedimento de Notificação dos Acordos de alguns países-membros da ALADI feitos sob cláusula de habilitação. Como todos sabemos, nossos acordos são informados pela Secretaria da ALADI de maneira bianual à OMC, mas neste momento há algumas dúvidas a respeito do status destes relatórios, portanto se está discutindo a partir do interesse do Conselho Geral da OMC.

Por tratar-se de um tema sistêmico, o Chile acredita que se deveria abordar com prontidão aqui, em Montevideu, para apresentar a nossos Representantes lá em Genebra, uma posição comum dos membros da ALADI. Queremos propor que este tema seja passado à Reunião de Alternos para que se possa concordar posições e fazer as consultas jurídicas correspondentes à Secretaria da OMC para ter bem claro esta posição comum, e convocá-los quanto antes porque este tema já leva um tempo sendo discutido em Genebra, e no entendimento que nós, em janeiro, não vamos ter muita atividade e em Genebra, sim. Seria bom que, quanto antes, fizéssemos essa convocatória. Obrigada.

PRESIDENTE. Muito obrigado, Representação do Chile. Tem a palavra a Representação de Cuba.

Representação de CUBA (Mirna Martínez Ajuria). Obrigada, Presidente. Para unir-me à solicitação do Chile. Nós também estamos avaliando na Capital esta solicitação, que parece ser uma reativação de uma decisão de 2006 do Comitê de Comércio e, evidentemente, será necessário analisar internamente o procedimento que a ALADI está seguindo para notificar nossos acordos e, nesse caso, realmente, tanto em Genebra como em minha Capital, estamos analisando quais são os requerimentos que estariam faltando, mas do que não nos cabe dúvida é de que a resposta deve ser conjunta de todos os países da ALADI, e a ALADI vem cumprindo há muitos anos, desde sua criação, com os requerimentos de 79, que foi quando se decidiu pela notificação de forma conjunta mediante relatórios bianuais, então estaremos dispostos a analisar o tema. Obrigada.

PRESIDENTE. Muito obrigado, Representação de Cuba. A Representação do Paraguai tem a palavra.

Representação do PARAGUAI (Emilio Lorenzo Giménez Franco). Obrigado, Presidente. Parece-nos muito pertinente a proposta da Representação do Chile.

Penso que deveríamos voltar-nos a tratar esse tema porque, segundo entendo, na OMC existe alguma dificuldade com os Acordos de Complementação Econômica que, pelo menos desde Genebra, dizem que não são apresentados adequadamente e que é a ALADI que tem que apresentar e não os países. Então, seria conveniente que reuníssemos o Grupo de Alternos e víssimos uma posição comum para apresentar o tema em Genebra. Obrigado.

PRESIDENTE. Muito obrigado, Representação do Paraguai. Bem, tem a palavra a Delegação do Brasil.

Delegação do BRASIL (José Humberto de Brito Cruz). Obrigado. Parece-nos muito boa a proposta do Chile, apoiada por outras Representações, no sentido de que nos reunamos para discutir este tema. Estava aqui pensando que poderíamos nos reunir já com uma pequena ajuda da Secretaria, que poderia preparar um documento, mesmo que seja de uma ou duas páginas, com um pequeno histórico dessa questão, ou seja, desde o ponto de vista da ALADI, obviamente, o que foi feito, o que vem sendo feito, de forma muito genérica, mas para que tenhamos os parâmetros, que, com certeza, ajudaram na discussão proposta pelo Chile. Obrigado.

PRESIDENTE. Muito obrigado, Delegação do Brasil. Penso que deveríamos trabalhar no Grupo de Trabalho que está a cargo do Brasil sobre o tema e dar maior informação a esse respeito. A Secretaria me informa que vai preparar um documento sobre o tema para colaborar com os senhores. A Representação de Cuba.

Representação de CUBA (Mirna Martínez Ajuria). Muito brevemente, acrescentando ao proposto pelo Brasil, gostaríamos –porque, francamente, não encontramos na página da OMC- que a Secretaria entregasse a Decisão de 79, a de 2006 e, de alguma maneira, esclarecesse, talvez a Secretaria não tenha recebido ainda, mas receberá ou não alguma indicação direta da OMC, preocupando-se por este procedimento habitual da ALADI, que foi aprovado pela própria OMC, com vistas a cruzar informações, tanto da nossa análise como da análise da Secretaria em seu processo de notificação, sobre a existência de alguma objeção, alguma indicação em contrário. Obrigada.

PRESIDENTE. Obrigado. A Representação do Chile tem a palavra.

Representação do CHILE (Constanza Alegría Pacull). Obrigada. Somente para esclarecer o ponto de Cuba. A Secretaria da OMC não é a que está liderando este tema, este tema em Genebra está sendo levado às Representações dos países-membros em Genebra, então a comunicação feita, que também deve haver chegado aos senhores, é aos países-membros, de dizer que estes acordos não estão notificados e os países-membros acordaram, bem, consultemos a ALADI para ver o que acontece, não foi uma intenção de a Secretaria da OMC comunicar-se com Secretaria da ALADI, mas sim com os membros. Quanto às decisões, apoio que reúna, de maneira prévia a esta reunião, a maior quantidade de informação possível, como propõe o Brasil, que a Secretaria elabore um *aide-mémoire* dos elementos principais dos procedimentos usados neste caso e, se possível, alguma referência aos documentos que sustentam esta interação, estas notificações que fizemos ao longo dos anos.

Obviamente, a Decisão de 79 da cláusula de habilitação é um elemento importante e também a Decisão sobre transparência de 2006. Muito obrigada.

PRESIDENTE. Muito obrigado, Representação do Chile. A Representação da Argentina tem a palavra.

Representação da ARGENTINA (Roxana Sánchez). Sim, muito obrigada, Presidente.

Nós temos conhecimento que, em nossas Missões, em Genebra, também há uma coordenação para o tratamento deste tema, sem prejuízo disso e que em nossas Capitais as áreas correspondentes também estão fazendo as análises ou reunindo a informação, parece-nos boa a instância de Alternos com os antecedentes feitos pela Secretaria de como foram feitas as notificações, em que caráter, digamos, a Secretaria fez as notificações dos acordos assinados no âmbito do TM80, para poder abordar e não prejudicar de onde vai sair a posição comum, porque, como digo também em Genebra, nossas Missões estão se reunindo e, definitivamente, esperamos para a definição final as instruções das Capitais de qual é o melhor procedimento a ser seguido neste tema. Obrigada.

PRESIDENTE. Muito obrigado, Representação da Argentina. Havendo esgotado o tema e não havendo mais comentários, finalizamos a reunião do Comitê. Gostaria de lembrar que no dia 25 de novembro teremos uma nova reunião do Comitê, com a despedida da Embaixadora Claudia Turbay Quintero. Muito obrigado.